

DOIS DE JULHO NA ESCOLA

Lina Aras
Heloisa Monteiro
Sérgio Guerra Filho
(Organizadores)



DOIS DE JULHO NA ESCOLA

REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos

VICE-REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Leila Damiana Almeida dos Santos Souza

Leilane Silveira D'Ávila

Luciana da Cruz Brito

Maurício Ferreira da Silva

Paula Hayasi Pinho

Paulo Henrique Ribeiro do Nascimento

Rafael dos Reis Ferreira

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (Presidente)

Rubens da Cunha

SUPLENTES

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Tatiana Polliana Pinto de Lima

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Lina Aras
Heloisa Monteiro
Sérgio Guerra Filho
(Organizadores)

DOIS DE JULHO NA ESCOLA



EDITORA UFRB
Viva a leitura!

Cruz das Almas – Bahia

2023

Copyright©2023 by Lina Aras, Heloisa Monteiro e Sérgio Guerra Filho

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Capa

Antonio Vagno Santana Cardoso

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Tikinet

Revisão e normatização técnica

Tikinet

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

D658	Dois de Julho na Escola / Organizadores: Heloisa Helena Tourinho Monteiro, Sérgio Armando Diniz Guerra Filho e Lina Maria Brandão de Aras. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2023. 92p.; il. Este livro eletrônico é da Coleção Bicentenário da Independência do Brasil. Volume 3. ISBN: 978-65-88622-20-9 (Coleção). ISBN: 978-65-88622-11-7 (Volume). 1.Prática de ensino – Educação. 2.Estudo e ensino – História. 3.Independência províncias, 1822-1824 – Bahia – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.Monteiro, Heloisa Helena Tourinho. III.Guerra Filho, Sérgio Armando Diniz. IV.Aras, Lina Maria Brandão de. V.Título. CDD: 370.3
------	---

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Esta Coleção conta com apoio de recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar da Deputada Federal Lídice da Matta (2021).



Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – BA
Tel.: (75) 3621-7672
editora@reitoria.ufrb.edu.br
www.ufrb.edu.br/editora
www.facebook.com/editoraufrb

Sumário

Prefácio	7
<i>Cristiana Lyrio</i>	
Apresentação	9
<i>Lina Aras</i>	
<i>Heloisa Monteiro</i>	
<i>Sérgio Guerra Filho</i>	
As mulheres na Independência da Bahia: um projeto para Educação Básica	13
<i>Cindy Alanis Santos Souza</i>	
<i>Claudenia dos Santos Ferraz</i>	
<i>Maila da Silva Gomes Aguiar</i>	
<i>Maria Cristina Dantas Pina</i>	
Por onde andam as mulheres negras na Independência da Bahia?	25
<i>Viviane Bandeira</i>	
<i>Andrea Moreira</i>	
Os retratos de Maria Quitéria – proposta didática sobre uma imagem canônica	33
<i>Leandro Antonio Almeida</i>	
O negro na guerra de Independência na Bahia: 1822-1823	47
<i>Irineu Aranha Oliveira</i>	
A Cartilha Dois de Julho em sala de aula	53
<i>Carollina Carvalho R. de Lima</i>	
História da Independência na Bahia com o RPG 2 de Julho	65
<i>Josenilda Pinto Mesquita</i>	
Pirajá em foco: Independência na Bahia utilizando o TikTok	75
<i>Luciana Conceição de Almeida Martins</i>	
<i>Cláudia Regina Alves Machado</i>	
<i>Fabiana Sousa de Almeida</i>	
As autoras e os autores	85

Prefácio

Cristiana Lyrio¹

“Se a pessoa não consegue produzir, **coitado**, vai ser professor. Então fica a angústia: se ele vai ter um nome na praça ou se ele vai dar aula a vida inteira e **repetir** o que os outros fazem”.

Essa fala, atribuída ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso e veiculada num jornal de grande circulação nacional em novembro de 2001, fez ecoar na minha cabeça o toque de “avançar” do corneteiro Luís, no exato momento em que finalizei a leitura do livro *Dois de Julho na Escola*.

À época, a referida fala, não obstante o contexto em que foi proferida, já me causou estranhamento. Político e Intelectual renomado, o ex-presidente ficou conhecido pelas “palavras mal ditas”, como bem diria um grande amigo, tais como, “[sou] mulatinho”, “[tenho] o pé na cozinha” (1994) e, por fim, “esqueçam o que escrevi” (1996). Mesmo que, enquanto profissionais da história, estejamos atentos à procedência da fonte, as polêmicas falas do ex-presidente ficaram para a história.

Entretanto, ao menos servirá de estreio para esse pequeno prefácio, que me foi confiado pelas organizadoras e pelo organizador dessa obra. Em plena efeméride de comemoração do bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, receber esse presente me faz honrada e partícipe desse grupo de pesquisadoras e pesquisadores do campo do Ensino de História e, particularmente, da História da Bahia, forjados ao longo dessas quase três décadas de metaformação trilhadas entre a escola-universidade-escola.

Professoras/pesquisadoras e professores/pesquisadores da Educação Básica e de universidades baianas demonstram, com toda a versatilidade de suas pesquisas, brotadas do “chão da sala de aula”, tendo como tema a *Independência da Bahia*, o quanto o ex-presidente estava do lado errado da História, cabendo-lhe, apenas, lugar figurativo assegurado ao lado do Comandante Madeira de Melo.

Dois de Julho na Escola é o reflexo dos enormes avanços da produção historiográfica nascida das pesquisas desenvolvidas nos espaços escolares e universitários. Um conhecimento científico gestado a partir da investigação criteriosa que brota na escola básica, seja como análise das próprias práticas

1 Doutora em História Social. Coordenadora do Mestrado Profissional em Rede em Ensino de História - PROFHISTÓRIA/UNEB.

de professores/pesquisadores, seja a partir das proposições didático-pedagógicas articuladas aos resultados de pesquisas inéditas, inusitadas e propositivas do quão e como as narrativas historiográficas podem ser produzidas nas aulas de História.

A obra é, portanto, um convite prazeroso para conhecermos narrativas históricas outras sobre a Guerra da Independência do Brasil na Bahia e de como estas histórias podem legar um sentido mais engajado aos nossos currículos. E, assim como fez o corneteiro Luís, “pode trocar e tocar avançar” na viagem “do tempo passado, presente e futuro” e nos apresentar uma história de luta protagonizada pelas mulheres e homens oriundos das classes populares, na sua maioria negras, negros e indígenas, que atuaram ativamente pela libertação do Brasil e do seu povo.

Apresentação

Lina Aras
Heloisa Monteiro
Sérgio Guerra Filho

Este livro – o primeiro de dois volumes – apresenta propostas didáticas baseadas em estudos realizados por professoras e professores de História que se dedicaram ao desafio de pensar formas de trabalhar, em salas de aula da Educação Básica, a temática aqui proposta: A Independência do Brasil na Bahia. Buscamos dialogar com o “chão da escola”, tendo em foco abordagens que apontam para a necessidade de uma maior atenção a certos temas, diante da vasta literatura historiográfica existente sobre o Dois de Julho.

As propostas didáticas estão ancoradas no casamento entre discussões teóricas e experiências metodológicas, seja no trato dos conceitos fundantes de cada texto, seja na utilização das fontes e linguagens nas aulas de História. Essa opção é própria de docentes que se preocupam com uma reflexão e um fazer pedagógico que ultrapassam a mera aplicação das propostas apresentadas. Chamamos a atenção para a atualidade das discussões, presentes nas opções individuais de cada capítulo e sua respectiva proposta didática.

Para dar um sentido prático a essa obra, autoras e autores aqui reunidas(os) apresentaram Planos de Atividades, assim como os conhecimentos necessários à execução da atividade, a atividade em si e as referências bibliográficas que podem ser consultadas por docentes que queiram avançar nas leituras sobre o tema. A ideia é que as propostas didáticas possam ser utilizadas e incorporadas às aulas de História, com releituras, alterações e adaptações de docentes da Educação Básica, que terão a liberdade e a autonomia de adequar cada atividade apresentada à sua realidade escolar. Até por isso, optamos por manter a diversidade de concepções metodológicas expressas nas propostas de cada plano.

A primeira temática proposta é a presença das mulheres no cenário da referida guerra. O primeiro escrito foi elaborado sob a coordenação de Maria Cristina Dantas Pina e suas alunas Cindy Alanis Santos Souza, Claudenia dos Santos Ferraz e Maila da Silva Gomes Aguiar, através de uma proposta de aula-oficina: “As mulheres na Independência da Bahia: um projeto para a educação básica”.

A escolha pelo Ensino Técnico em Informática é muito pertinente, diante da quantidade de informações disponíveis na rede de computadores

e a necessidade de realizar a crítica ao material disponível. Reforça, ainda, a necessidade de desenvolvimento da pesquisa sobre a temática para estudantes do Ensino Médio e o ponto de partida para caminhar por outras fontes disponíveis na rede mundial de computadores.

Na sequência, o estudo “Por onde andam as mulheres negras na Independência da Bahia?”, elaborado por Viviane Bandeira e Andrea Moreira, nos traz uma problemática desafiadora para as pesquisas, visto que a invisibilidade das mulheres negras constitui um entrave a ser superado no Ensino de História e que exige atenção para as pesquisas. As fontes, na sua maioria, não registram a inserção e participação das mulheres negras e, recentemente, temos visto um crescente interesse de pesquisas na busca por essas mulheres. As autoras aceitaram esse desafio e trazem a sua proposta para ser desenvolvida e, assim, dar lugar às mulheres negras nas páginas da História, especialmente na Bahia, onde elas são maiores e protagonistas nas suas histórias.

As autoras nos trazem a discussão sobre a narrativa histórica e as escolhas sobre os temas/protagonistas na História embasam as discussões e dão o tom da sua aula-oficina. Destaca-se, ainda, no material apresentado, a estratégia de lançar questões e a busca por suas respostas direcionadas através do Plano de Atividades.

O trabalho intitulado “Os retratos de Maria Quitéria – proposta didática sobre uma imagem canônica”, de autoria de Leandro Antonio Almeida, discute o conceito utilizado para traçar uma representação de Maria Quitéria nas imagens que foram produzidas ao longo do tempo e aquela que a consagrou e que é a indicada como a chamada “imagem canônica”.

A atividade apresentada trabalha com a diversidade das imagens localizadas e as suas representações, utilizando fontes que contribuem para o aprofundamento da questão proposta. Os momentos definidos antes do Plano de Atividades são ilustrativos de como é necessária uma preparação anterior, tanto para discente como para docentes, àquela etapa em que a atividade será efetivamente realizada. As imagens, em forma de monumento, ilustram bem a importância de Maria Quitéria para a discussão da imagem canônica, bem como nos ajudam a compreender as escolhas das representações que se adequam ao projeto de nação envolvido na produção de imagens e suas relações com seus autores/artistas.

Outra categoria social trabalhada encontra-se em “O negro na guerra de Independência na Bahia: 1822-1823”, onde Irineu Aranha Oliveira busca evidenciar o protagonismo negro na História do Brasil ao discutir a presença

do negro no livro didático. Para isso, utiliza o tema da Independência como um momento ilustrativo de tal protagonismo.

Partindo do processo que desembocou na independência do Brasil, o autor foi afinando seu estudo/proposta para a independência do Brasil na Bahia e sua consolidação. Destaca, nesse trajeto, a presença do negro e sua inserção e participação nos eventos ocorridos na Bahia. Na condição de categoria numericamente majoritária, a presença do povo negro na história ainda é negligenciada e invisibilizada de forma a exigir, cada vez mais, que avancemos nos estudos que possam elucidar as questões propostas na atividade.

Carollina Carvalho R. de Lima nos brinda com “A *Cartilha Dois de Julho* em sala de aula”. A proposta metodológica das aulas-oficina em muito contribui para a discussão sobre a relação teoria-prática e a necessidade de trazer para o centro do debate as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, através do conhecimento produzido na e através da atividade, o que, em muito, democratiza e dá sentido à participação de docentes e discentes.

O ato de trazer e valorizar as histórias locais, bem como a crítica às narrativas históricas já consolidadas, nos possibilita inserir outras abordagens, temas e personagens na sala de aula. Diante da inserção e participação de outros locais que estiveram ligados ao processo histórico em estudo, amplia o território onde se deu os episódios da guerra, transformando uma história do recôncavo em uma História da Bahia.

O trabalho “História da Independência na Bahia com o RPG *2 de Julho*”, de Josenilda Pinto Mesquita, traz para o nosso tempo uma metodologia que enriquece o ensino de História e, ainda mais, a história da independência da Bahia. A elaboração de uma sequência didática, com seus respectivos planos de atividade, com destaque para a elaboração de cenários e movimentos políticos e de guerra, faz com que as pessoas comuns ganhem espaço no cenário bélico baiano. Da mesma forma, a apresentação dos espaços de ocorrência dos episódios em Salvador, no século XIX, capital da Província, dá aos participantes da atividade a possibilidade de transitar virtualmente nos locais por onde se desenvolveram os eventos estudados, a dinâmica social e como a população em geral vivenciou os momentos dos conflitos.

Luciana Conceição de Almeida Martins, Cláudia Regina Alves Machado e Fabiana Sousa de Almeida trazem outra linguagem atual e amplamente utilizada pelos jovens estudantes: o uso de vídeo curto no Ensino de História, com “Pirajá em foco: independência na Bahia utilizando o TikTok”.

A identificação do TikTok como uma ferramenta bastante conhecida e utilizada entre os jovens, as tecnologias digitais da informação e comunicação já se encontram em uso no ensino História, fazendo com que a proposta das autoras se coadune com as demandas contemporâneas, ao tempo em que se aproxima da realidade discente.

Ao se utilizar de um local (Pirajá) de grande importância para os episódios da guerra de independência, sobressai a história local e a necessidade de estabelecer conexão entre os grupos ali estabelecidos, trabalhando um monumento como um elemento de identidade local. O uso de mapa em muito contribui para a cartografia dos eventos e como esses acontecimentos foram inseridos no cotidiano da população soteropolitana e a forma como essa população foi atingida pelos conflitos.

Ao chegar ao final dessa apresentação, acreditamos que muito já se caminhou para dar lugar aos invisibilizados da História, discutir as representações presentes na narrativa histórica já consolidadas, bem como as ferramentas digitais podem contribuir para a ampliar dos estudos sobre a História da Guerra de Independência do Brasil na Bahia e sua inserção no “chão da escola”.

Com essa obra, propomos novas trilhas, trincheiras e caminhos pedagógicos para o estudo de um evento que abalou a Bahia e que representou um significativo momento na Independência do Brasil. Que essa iniciativa seja o começo de um novo campo de diálogo entre docentes e estudantes, na direção de um maior espaço para as temáticas da história local e regional em nossos currículos e, com isso, alcancemos uma História escolar cada vez mais significativa.

As mulheres na Independência da Bahia: um projeto para Educação Básica

Cindy Alanis Santos Souza
Claudenia dos Santos Ferraz
Maila da Silva Gomes Aguiar
Maria Cristina Dantas Pina

Ao trabalharmos com o ensino da História do Brasil, compreendendo-o como um instrumento essencial no processo de construção cidadã, nos depararemos com objetos e problemáticas sensíveis à nação, como a mitificação de determinados eventos e personagens históricos, assim como o apagamento e silenciamento de narrativas em prol de outras. A História Nacional e o seu ensino configuram um campo de amplas disputas políticas, sociais, econômicas etc., pois são importantes mecanismos da construção da legitimação de governos, de leis, de atos públicos, de eventos e comemorações no âmbito cívico. O 2 de Julho, e a participação feminina nesse processo, são exemplos de temáticas pungentes da história brasileira, uma vez que a narrativa oficial não aborda o papel das mulheres nessa conjuntura política, e não costumam apontar a importância dos eventos ocorridos na Bahia (e em outras regiões) para o próprio processo de independência nacional.

O período que antecede a Guerra de Independência na Bahia é marcado por tensões sociais e políticas que eram característica em todas as províncias, contudo apresentando suas especificidades. A vinda da família real portuguesa para o Brasil viabilizou uma série de prerrogativas que possibilitaram uma maior autonomia para certos setores comerciais e, principalmente os setores ligados à agroexportação, tendo em vista que nesse período o recôncavo baiano ainda se configurava como uma área de intensa produção açucareira. Não obstante houvesse a produção de outros gêneros, o açúcar ainda se destacava, contribuindo para que o porto de Salvador fosse um dos mais importantes para o Império português.

Nesse sentido, toda interferência das Cortes Constitucionais no sentido de retomar para Lisboa direitos e garantias de poder era entendida pelas elites agrárias na porção americana do Reino Unido como uma tentativa de recolonização, no qual esse processo de disputas de interesses vai se intensificando cada vez mais. Com a imposição desde Lisboa da nomeação do português Inácio Luís Madeira de Melo para o governo das armas da Bahia, houve

uma insatisfação geral nas diversas camadas da população baiana, setores militares e nos segmentos da elite agroexportadora (Tavares, 2005, p. 20).

Os debates sobre a Independência da Bahia estão aparecendo com certa frequência nas discussões historiográficas, especificamente no contexto do bicentenário da Independência do Brasil (Guerra Filho, 2022). Contudo, as problemáticas referentes à atuação das mulheres, especialmente das mulheres negras no processo de Independência, ainda são pouco debatidas, o que impacta diretamente na forma como esse conhecimento vem sendo construído, estudado e debatido nas escolas (Santos; Moreira, 2020). Mesmo com a História das Mulheres se desenvolvendo desde a década de 1970, ainda é possível observar o grande apagamento e silenciamento das mulheres nos processos históricos, especialmente das mulheres negras, e em contextos de guerras e revoluções.

Viviane Santos e Andrea Moreira (2020, p. 8) afirmam:

sabemos que ao retratar as lutas pela emancipação baiana e os conflitos que se desenrolaram no Recôncavo Baiano foram construídas imagens que representassem um símbolo de luta e libertação do povo baiano, tais como, o general Labatut, Joana Angélica, Maria Quitéria, o caboclo e a cabocla. Mas, essas imagens não dão conta de retratar a luta e resistência de inúmeros sujeito(a)s negros que estiveram presentes nos processos de independência, tais como a negra Maria Felipa, as caretas do mingau, os inúmeros negros e quilombolas que se fizeram presentes em espaços de lutas diferenciados, mas que as suas atuações foram essenciais para o sucesso do movimento.

Pensar nas mulheres atuando em processos políticos como o da independência do Brasil na Bahia parece ser quase impossível na estrutura patriarcal em que vivemos. Heleieth Saffioti explica o porquê dessa negligência. Segundo ela, “o poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens são preparados para o exercício do poder” (Saffioti, 2015, p. 89). Dessa forma, fica perceptível a invisibilidade das mulheres que atuaram no processo de independência da Bahia, das quais pouco ocupam a memória da população baiana, os materiais didáticos e as discussões em sala de aula.

Isto posto, conseguimos perceber que as figuras oficiais do 2 de Julho não são suficientes para representar os sujeitos históricos que estiveram presentes e foram importantes na construção e culminação do processo. A história oficial, quando aborda as mulheres baianas, costuma trazer apenas Joana Angélica e Maria Quitéria, e suas respectivas participações, que foram extremamente importantes, mas apaga outras tantas vivências que também

foram fundamentais. Diferente dessas duas personagens históricas, Maria Felipa, mulher negra e pobre, é uma das figuras mais negligenciadas desse processo, tendo sua própria existência questionada. Maria Felipa contribuiu para a derrota e expulsão dos portugueses de Itaparica e da Bahia. Liderava um grupo de mulheres e homens de diferentes classes e etnias, “organizando o envio de mantimentos para o Recôncavo, como também as chamadas ‘vedetas’, que eram vigias nas praias para prevenir o desembarque de tropas inimigas, além de participar ativamente de vários conflitos” (Santos; Moreira, 2020, p. 10). Por isso, cabe problematizar o motivo de apenas essas figuras femininas brancas e ricas serem abordadas e estudadas, enquanto Maria Felipa sofre uma tentativa de apagamento histórico.

Durante muito tempo, o ensino de história do Brasil era pautado em narrativas dos grandes homens e seus feitos, os vencedores, enquanto as minorias eram apagadas e silenciadas. Segundo Santos e Moreira (2020), isso decorre do próprio processo colonial, que impôs a desumanização dos povos negros e indígenas, gerando o racismo estrutural em nossa sociedade que é reproduzido na educação. As autoras entendem que:

torna-se fundamental o papel dos professores no sentido de trazerem essas experiências. Reiterando esse pensamento propomos pensar a independência da Bahia sob esse viés a partir das agências femininas, visto que, essas figuras femininas são invisibilizadas ao longo da história do Brasil (Santos; Moreira, 2020, p. 12).

Visando uma educação transformadora, antirracista e que se construa para além dos modos coloniais e eurocentristas, desenvolvemos uma aula-oficina (Barca, 2004) objetivando contemplar outras falas e narrativas que estiveram presentes na formação da história do nosso país, mas que estão apagados no âmbito escolar. Nesta perspectiva, buscamos viabilizar no desenvolvimento da aula-oficina a articulação entre teoria e prática trabalhando com conceitos substantivos e metahistóricos do ensino de história. Essa proposta foi desenvolvida na disciplina Elaboração de Projetos Educacionais em História, sob a supervisão da Professora Maria Cristina Dantas Pina, no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no primeiro semestre de 2022.

O termo *documento* pode integrar, dentro do ensino de História, ao menos dois significados. o primeiro pode ser compreendido enquanto material didático, como os livros, mapas e filmes históricos, com finalidades educacionais estabelecidas desde a sua produção. No segundo significado, *documento* quer dizer fonte, ou seja, fragmentos ou indícios de rastros humanos no tempo, capazes de serem explorados e trabalhados pelo historiador (Schmidt, 2009).

Na atualidade, os historiadores compreendem que as fontes históricas precisam ser estudadas a partir de um aparato teórico-metodológico, assim cada depoimento do passado carrega os traços ideológicos de seu ambiente de produção, de sua época, de suas relações de força. “Sem um criterioso aparato teórico-metodológico, o historiador corre o sério risco de tornar-se um porta-voz de personagens do passado, reproduzindo acriticamente suas visões de mundo” (Aquino, 2014, p. 5).

Maurício de Aquino afirma que não pode existir um genuíno ensino de história sem atividades com fontes históricas, isso porque, segundo o autor, o trabalho com documentos em sala de aula possibilita aos estudantes desenvolver uma concepção mais complexa e dinâmica da história. Pontua que, diferente dos pesquisadores, que utilizam as fontes para a reconstrução de um período histórico, os professores as usam como materiais didáticos. Também não é objetivo da disciplina de história na educação básica a transformação dos alunos e alunas em “pequenos historiadores”, entretanto, a construção da consciência histórica depende, em alguma medida, e ainda de acordo Aquino (2014), do contato com os testemunhos das experiências do passado. O trabalho com as fontes históricas em sala de aula também vai exigir do professor ampliação da sua própria concepção e do uso do documento, indo além do documento escrito, apresentando e introduzindo os alunos e alunas no estudo e compreensão de fontes orais, iconográficas, relatos da história local, além de fotografias, cinema, vídeos etc.

A história enquanto ciência tem um percurso próprio balizado por um método, nesse sentido, demonstrar aos alunos como o conhecimento histórico é construído a partir de evidências é fundamental, na perspectiva de desafiá-los a pensar como se chegou a determinada conclusão, possibilitando que estes construam problemáticas históricas de modo a se desvencilhar do campo da mera opinião e do senso comum na sala de aula. À vista disso, é essencial que os alunos possam compreender que as afirmações históricas repousam sobre evidências construídas a partir da análise crítica das fontes. É importante denotar e orientar os alunos a perceber que fonte não é o mesmo que uma informação factual, mas algo contextualizado, isto é, a fonte não pode ser abordada enquanto uma informação na medida em que ela é passível de problematizações, logo uma informação para se tornar uma fonte precisa ser problematizada.

Tendo em vista o tema sobre o qual versa essa atividade, isto é, a participação das mulheres no processo de Independência da Bahia, é importante

salientar que esta temática ainda constitui uma lacuna na historiografia. Logo, discutir esta questão em sala de aula possibilita a reflexão sobre os assuntos e temas que são considerados relevantes para serem explorados pelos(as) historiadores(as) e quais os critérios estabelecidos na construção do conhecimento histórico e o motivo da invisibilidade de determinados sujeitos na historiografia e na história escolar. Então, entra em cena a indagação de quais são os critérios que interferem no momento de atribuir significância histórica aos fenômenos do passado. Para responder a esta questão, Marlene Cainelli (2020, p. 158) recorre às argumentações de Jörn Rüsen, o qual salienta que:

a relevância dos significados atribuídos à experiência do passado será dada em função de sua possibilidade de gerar interpretações e orientações para a vida prática. Estas interpretações estarão expressas nas narrativas dos indivíduos, de forma significativa para a vida no presente.

Também é possível pensar o conceito de significância histórica tendo em vista a organização curricular, dado que a sistematização do currículo está intrinsecamente relacionada com a sociedade e os grupos dominantes que estão no poder no momento em que este é produzido.

A orientação ou perspectiva de atribuição de significância histórica dos alunos articula conteúdos e conhecimentos escolares com experiências vivenciadas na sua vida prática. Nesse sentido, é importante mobilizar elementos essenciais da vida dos estudantes nas aulas de história, posto que isso contribui para que os mesmos percebam o arcabouço do conhecimento histórico enquanto um referencial para as suas tomadas de decisões enquanto cidadãos e sujeitos históricos.

Desenvolvimento da aula-oficina

A aula-oficina “As Mulheres na Independência da Bahia” foi elaborada em torno de dois eixos principais. No primeiro momento, a construção do projeto passou pelo processo de fundamentação teórica, a fim de compreender conceitos importantes no âmbito do Ensino de História, como a significância histórica, conceito de fonte e evidência histórica. No segundo momento, passamos para a leitura e análise da bibliografia específica sobre o tema da aula. A partir da construção do arcabouço teórico, delimitamos o recorte temático da oficina, abordando a participação das diferentes mulheres no processo histórico abordado.

Com base nas leituras teóricas e discussões em grupo, objetivamos abarcar na oficina questões que possibilitassem a reflexão crítica de estudantes sobre o processo de construção da História e a problematização de uma visão oficial que não leva em conta as complexidades inerentes a esse processo. Exemplo disso é o não reconhecimento da participação popular e feminina no processo de Independência, que acaba por fomentar o mito de que a Independência do Brasil é um momento pacífico da história nacional determinado às margens do rio Ipiranga ao ecoar do grito de “Independência ou Morte” de D. Pedro I.

A aula-oficina foi planejada para acontecer em três momentos. Iniciamos com um levantamento de conhecimentos prévios, fazendo uso de imagens para que estudantes expressassem tais saberes. Em seguida, partimos para a aula expositiva dialogada, na qual abordamos os acontecimentos de ordem estrutural que estavam se desenvolvendo no Brasil e, em específico, na Bahia, dando enfoque no processo do Dois de Julho e na participação das mulheres no movimento. Finalizamos aplicando uma atividade com fontes históricas para a produção de narrativas sobre a temática pelos alunos, para verificar o que aprenderam das discussões realizadas em sala com base na análise de fontes.

Para o levantamento de conhecimentos prévios com os(as) discentes, utilizamos imagens do patrimônio histórico “Monumento ao Dois de Julho”, localizado na capital baiana, Salvador. Entregamos um material impresso com as imagens e um questionário com três questões. Logo em seguida, solicitamos que as respostas fossem compartilhadas e, a partir de suas respostas e questionamentos, direcionamos a aula para a discussão do tema.

Começamos apontando que a Independência do Brasil, de modo geral, é um processo complexo que envolve, em seu bojo, o desenvolvimento de diversos movimentos que, ao mesmo tempo em que se relacionam, apresentam especificidades entre si. Tendo em vista possibilitar a compreensão dos(as) discentes sobre o processo, cabe ao(à) professor(a) abordar o contexto geral em que a Independência do Brasil se desenrola direcionando a exposição para a discussão sobre o tema central da aula, isto é, o 2 de Julho e a participação feminina nesse processo.

O(A) docente iniciará sua fala abordando que, apesar do que havia ocorrido no dia 7 de setembro de 1822, não houve participação popular nesse ato. Após isso, deve-se apresentar um panorama geral sobre os eventos que antecederam o 2 de Julho e que intensificaram tensões e agitações políticas nas províncias. O(A) docente deve problematizar uma versão oficial que

por muito tempo predominou e ainda dispõe de fortes vestígios na memória coletiva e no ensino básico, que apresenta uma visão da separação política entre Brasil e Portugal como um momento brando da história nacional determinado às margens do Rio Ipiranga ao ecoar do grito de “independência ou morte” de D. Pedro.

Após dado o contexto geral do Brasil e da Bahia, nesse momento o(a) professor(a) inicia a discussão do processo em si, pontuando as diversas batalhas ocorridas no território baiano até a fuga dos portugueses no dia 2 de julho de 1823. Após a contextualização e a descrição da Independência da Bahia, o(a) docente irá trazer questões pertinentes à participação das mulheres nesse processo, salientando que elas são sujeitos sociais ativos que sempre participaram do movimento da história, mas a escrita, o registro de sua atuação nem sempre teve o destaque necessário. Nessa perspectiva, é importante pontuar que existem graus de apagamento das mulheres na história, no qual o recorte de classe e raça são determinantes.

Ao trabalhar com as imagens de Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa, é interessante que o(a) professor(a) às descreva com o máximo de informações relevantes possível, abordando desde os aspectos técnicos da imagem (autoria, contexto de produção, técnica etc.) até suas respectivas atuações e como impactaram no processo de Independência. Após apresentar o panorama geral da vida dessas figuras históricas, a argumentação deve ser direcionada à problematização do apagamento das mulheres negras.

Após a exposição, o(a) professor(a) fará uma atividade avaliativa, objetivando perceber o que foi ressignificado a partir do conteúdo apresentado e a sua importância para o tempo presente. A atividade consiste em um questionário com base em documentos históricos selecionados: um trecho do diário de Maria Graham, a pintura de Maria Quitéria feita por Domenico Failutti (1920) e o quadro associado à figura de Maria Felipa. Ao aplicarmos a atividade, objetivamos problematizar o silenciamento do 2 de Julho e da participação das mulheres, em específico as mulheres negras, no processo de independência do Brasil, promovido pela história oficial.

Para além do que já foi proposto, sugerimos explorar o uso de mapas, para demonstrar aos/às estudantes a amplitude do território no qual os conflitos foram travados. Investigar mais detalhadamente a figura de Maria Felipa (“Negra com turbante” de Alberto Henschel), a partir das informações disponibilizadas pelo Museu da Ilha de Itaparica. Visto a dimensão do conflito, é proveitoso abordar uma batalha específica dentro da Independência da Bahia, ou trazer outros conflitos que não foram citados. Levando em conta que

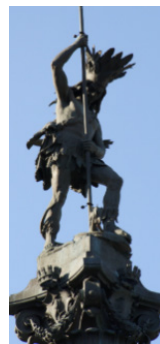
o 2 de Julho foi um movimento com ampla participação das camadas sociais, é importante evidenciar a atuação de negros e indígenas no processo. Assim, ao trabalhar com a presente temática, as possibilidades de metodologias e abordagens são amplas, abrindo um leque de possibilidades para o(a) docente.

ATIVIDADES

LEVANTAMENTO DE CONHECIMENTOS PRÉVIOS

No topo do monumento há um Caboclo, armado com uma lança, arco e flecha. Ele mata um dragão, preso aos seus pés.

Figuras 1A e 1B: monumento ao Dois de Julho, Salvador-BA



Fonte: Antonio Cruz dos Santos Junior/Wikipedia

- 1) O que se comemora no “2 de Julho”?
 - No topo do Monumento ao Dois de Julho, há uma escultura de um Caboclo. O que você sabe sobre ela?

ATIVIDADE COM FONTE HISTÓRICA

- Leia atentamente os documentos históricos a seguir.

O **documento 1** é um trecho retirado do diário pessoal de Maria Graham, no qual ela descreve a figura de **Maria Quitéria**, entre os anos de 1821, 1822 e 1823.

Documento 1: Ela é iletrada, mas inteligente. Sua compreensão é rápida e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável. Não é particularmente masculina na aparência; seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se consubstanciou contra sua modéstia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse. Não há nada de muito peculiar em suas maneiras à mesa, exceto que ela come farinha com ovos ao almoço e peixe ao jantar, em vez de pão, e fuma charuto após cada refeição, mas é muito sóbria (GRAHAM, 1956, p. 331).

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. Trad. e notas de Américo Jacobina Lacombe. 1956. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Documento 2

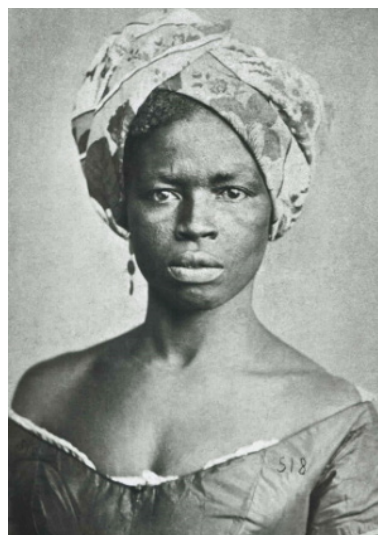
Figura 2 - Retrato de Maria Quitéria de Jesus, de Domenico Failutti (1920, óleo sobre tela).



Fonte: Acervo do Museu Paulista-USP, Coleção Fundo Museu Paulista.

Documento 3

Figura 3 - Negra com turbante, de Alberto Henschel (1870, óleo sobre tela).



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles, Coleção Gilberto Ferrez.

- Com base **nos nossos debates** e na **leitura dos documentos** apresentados anteriormente, responda às seguintes questões:
 - 1) Como Maria Quitéria é descrita no Documento 1 e na Imagem 2? Há diferenças e semelhanças?
 - 2) Qual a saída encontrada por Maria Quitéria para participar da guerra?
 - 3) Pode-se imaginar qual era a classe social de Maria Quitéria? Com base em quê?
 - 4) Com base nas nossas aulas, crie uma descrição de Maria Felipa. Você acha que ela se parecia com a imagem 3? Comente com a turma sua resposta.
 - 5) Compare as formas de participação política de Maria Quitéria e de Maria Felipa. Quais são as semelhanças e as diferenças?
 - 6) Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa, são três figuras importantes para o movimento de Independência da Bahia. Durante muito tempo, quando se fala da participação feminina no “2 de Julho”, apenas Maria Quitéria e Joana Angélica eram lembradas, enquanto Maria Felipa teve sua existência questionada, mesmo tendo atuado de forma importante no movimento. Você poderia indicar algum motivo pelo qual essas figuras são tratadas de forma diferente?

Ano/Série – 1ª série – Informática/Médio Técnico
TEMA: A participação feminina na Independência da Bahia

	Saber fazer / Saber ser-conviver	Expectativa de Aprendizagem	Didático- metodológico	Recursos	Avaliação
Contexto sociopolítico da Bahia colonial; O Movimento 2 de Julho. A participação das mulheres no processo de Independência do Brasil na Bahia.	Problematizar o silenciamento do “2 de Julho” e da participação das mulheres, em específico as mulheres negras, no processo de independência do Brasil, promovido pela história oficial. Apreciar os movimentos sociais e valorizar as lutas do povo, particularmente o povo baiano.	Contextualizar os movimentos de independência, especialmente na Bahia, no final do século XVIII. Analisar e compreender o movimento do 2 de julho e sua relevância no processo de independência do Brasil. Compreender como as mulheres das diversas classes sociais se inseriram nesse processo. Refletir sobre as versões de um mesmo fato histórico.	Identificação dos conhecimentos prévios dos(as) estudantes. socialização dos registros históricos, as fontes iconográficas e identificação dos conteúdos prévios. Exposição participada dos materiais produzidos pela aula/oficina. Relação do conteúdo com elementos da vida prática dos/das discentes, fazendo uso da cultura pop.	Slides, material impresso, mapas, imagens, quadro e piloto.	Dialogar com os estudantes e os textos históricos, em rodas de conversa, estimulando a oralidade e participação. Elaborar relatório de acompanhamento das aprendizagens, com aspectos observáveis como noções do que são registros da História, a importância dos patrimônios e o respeito aos documentos históricos, bem como a valorização das manifestações femininas, ao longo do processo histórico.

Referências

AQUINO, Maurício de. As fontes históricas no ensinar, produzir e aprender história: apontamentos e reflexões. **Revista Eletrônica História e-História**, [s. l.], 2014.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A política dos homens de cor no tempo da Independência. *In*: DOMINGUES, Carlos Vasconcelos *et al.* **Animai-vos, povo bahiense!** A Conspiração dos Alfaiates. Salvador: Omar G. Editora, 1999, p. 100-113.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In*: UNIVERSIDADE DO MINHO. **Para uma educação de qualidade**: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED, Instituto de Educação e Psicologia, 2004, p. 131-144.

CAINELLI, Marlene. **Significância histórica**. *In*: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros (org.). Competências do pensamento histórico. Curitiba: W. A. editores, 2020, Vol. 2.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2015 p. 89.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. O protagonismo popular na Guerra da Bahia (1822-1823). *In*: MAZZEO, Antonio Carlos; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **Independência do Brasil**: a história que não terminou. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 155-175.

RÜSEN, Jorn. A História entre a modernidade e a pós-modernidade. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, 1997.

SANTOS, Viviane Carla Bandeira; MOREIRA, Andrea de Carvalho. Narrativas femininas na Independência da Bahia: um caminho para educação antirracista e decolonial. **Estudos IAT**, v. 5, 2020.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. As Fontes Históricas e o Ensino da História. *In*: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

Por onde andam as mulheres negras na Independência da Bahia?

Viviane Bandeira
Andrea Moreira

Como docentes de história na Educação Básica, geralmente damos grande enfoque à Independência do Brasil nos programas de ensino. No entanto, a nossa história local muitas vezes é deixada em segundo plano, principalmente nos livros didáticos disponíveis. Quando trabalhamos o Dois de Julho em sala de aula, quase nunca citamos as experiências femininas nesse processo ou, quando mencionamos, ressaltamos as narrativas sobre Maria Quitéria e Joana Angélica, em detrimento de Maria Felipa e outras mulheres negras que tiveram grande atuação nesse contexto. Isso perpassa por vários fatores, dentre esses, os currículos escolares que ainda se apresentam pautados no eurocentrismo e numa cultura patriarcal; a existência de fontes históricas insuficientes sobre a temática e a formação inicial que tivemos, que geralmente situa a história da Bahia no contexto de emancipação nacional de maneira bem superficial.

Neste sentido, estamos propondo uma sequência didática a ser desenvolvida em três aulas, tendo como tema a atuação das mulheres negras na Independência da Bahia a partir da sua história de luta e resistência. Daremos ênfase às Caretas do Mingau, do município de Saubara, e a Maria Felipa, heroína das lutas pela Independência em Itaparica, ambos municípios baianos¹.

Sabemos que as lacunas sobre a temática proposta se dão, muitas vezes, pelo desconhecimento ou pela falta de materiais didáticos que vislumbrem tal questão, pois o principal recurso utilizado e disponível de acesso a todos(as), inclusive aos(as) estudantes, são os manuais didáticos. Estes, quando discorre sobre a participação da mulher no processo de Independência da Bahia, trazem apenas as experiências de Maria Quitéria, Joana Angélica ou mais raramente sobre Maria Felipa, não contemplando as outras agências femininas.

1 Saubara é um município do recôncavo baiano banhado pela Baía de Todos os Santos. O povoado de Saubara surgiu em 1550, num local chamado Ponta de Saubara, próximo ao mar. Segundo o IBGE, sua população, conforme o último censo de 2022, é de 11.438 habitantes. Itaparica é hoje um dos dois municípios existentes na ilha de mesmo nome, a maior da dita Baía. Habitada desde antes da chegada dos portugueses, desenvolveu-se como um povoado desde as primeiras décadas do século XVI. Atualmente, sua população é de 19.789 pessoas, segundo o Censo de 2022. Informações extraídas de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaparica/panorama> e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/saubara/panorama>. Acesso em: 30/08/2023.

Inquietas com a tentativa de silenciamento sobre a participação feminina na Independência, sugerimos essa proposta didática partindo das seguintes indagações: como os professores da Educação Básica tratam a Independência da Bahia em suas aulas? De que forma o papel das mulheres é abordado no contexto das aulas? E as mulheres negras? Conhecem ou já ouviram falar sobre a história de Maria Felipa? E as narrativas das caretas do mingau? Conhecem outras experiências de mulheres negras nesse processo? Como podemos levar tais narrativas para nossas salas de aula?

Diante de tais questionamentos, elaboramos a sequência didática para subsidiar os(as) docentes no trato da questão, corroborando uma educação antirracista e decolonial e que possibilite repensar os nossos currículos que são enrijecidos e pautados no eurocentrismo. Desse modo, torna-se fundamental a produção de materiais ou propostas didáticas que tratem sobre o tema que é de grande valia para compreendermos o processo histórico da emancipação do estado da Bahia.

Desenvolvendo a sequência didática

A sequência didática produzida contempla três aulas de 50 minutos, podendo ser explorada por docentes de História em suas aulas ou de maneira interdisciplinar. Nela, serão abordados aspectos que fazem parte do trabalho com as habilidades de 8º ano e o componente curricular História. Propomos uma reflexão sobre a participação das mulheres negras no processo de Independência da Bahia. Para isso, partiremos da discussão sobre a atuação da participação das mulheres negras nas lutas pela independência em território baiano, enfocando as agências de Maria Felipa e das Caretas do Mingau.

Sérgio Guerra Filho (2002) sinaliza que, apesar das lutas pela independência, o exército libertador teve que lidar com levantes escravos, insurreições civis e ataques indígenas, o que demonstra que mesmo participando do processo, eles não se esqueceram de suas origens. É notório que os estudos já evidenciam a participação dos homens pobres livres e sua atuação em frente ao exército lusitano, mas ainda precisamos avançar no campo da participação das mulheres negras no processo de Independência da Bahia.

Nesse ambiente diverso, marcado pela presença majoritária de negros e de negras e dada sua importância no contexto histórico nacional, ainda se encontram lacunas sobre a atuação dos negros e, principalmente, das mulheres negras nos processos que conduziram ao 2 de Julho de 1823. Onde estariam essas mulheres numa Bahia que fervilhava por libertação e como os negros

estavam também articulados na revolta? Teriam elas ficado em casa, a serviço dos seus donos os brancos escravizadores ou estariam essas mulheres ao lado dos homens de cor atuando junto na defesa do território?

Conforme já apontamos em outro trabalho, ao retratar as lutas pela emancipação baiana e os conflitos que se desenrolaram no Recôncavo Baiano foram construídas imagens que representassem um símbolo de luta e libertação do povo baiano, tais como o general Labatut, Joana Angélica, Maria Quitéria, o caboclo e a cabocla (Santos; Moreira, 2021). Porém, essas imagens não dão conta de retratar a luta e resistência de inúmeros(as) sujeitos(as) negros(as) que estiveram presentes no processo de Independência, tais como a negra Maria Felipa, as Caretas do Mingau, os muitos negros e negras, além de quilombolas, que se fizeram presentes em espaços de lutas diferenciados, mas que as suas atuações foram essenciais para o sucesso da Guerra de Independência (Tavares, 2005). Logo, é necessário pensarmos e conduzirmos investigações que deem conta desse protagonismo dos(as) negros(as), para que enfim essas discussões cheguem em nossas salas de aula.

A história de Saubara no processo de luta pela Independência da Bahia coincide com a atuação dessas mulheres negras. Portanto, a história das mulheres de Saubara reflete a história de tantas outras negras que também criaram estratégias ou redes de solidariedades para dar suporte a seus maridos e filhos nos combates da Independência na Bahia. Essas mulheres de Saubara burlavam a vigilância portuguesa para levar remédios e alimentos para seus maridos que estavam entrincheirados fazendo resistência às tropas portuguesas. A atuação dessas mulheres foi fundamental para o foco de luta contra os portugueses, mas assim como outras histórias, tem sido pouco abordada nos processos históricos, fato que corrobora de forma negativa sobre o desenvolvimento da história local (Almeida, 2017, p. 28).

Por isso, optamos por enfatizar a experiência dessas mulheres negras, no caso, Caretas do Mingau, nessa proposta de trabalho. A partir do desenvolvimento dessa sequência didática, esperamos que os(as) alunos(as) consigam reconhecer as agências das mulheres negras nas lutas pela emancipação da Bahia; identificar as mulheres negras e suas formas de atuação no processo de Independência da Bahia; analisar a tentativa de apagamento das mulheres negras nas lutas pela Independência da Bahia.

Além desses objetivos de aprendizagem, consideramos que educandos(as) poderão modificar suas relações atitudinais ao tomarem conhecimento dessas narrativas, uma vez que, ao levar referenciais positivos das mulheres negras para salas de aula, meninos(as) negros(as) poderão reconhecer-se

enquanto tais, bem como possibilitar uma aprendizagem mais significativa e com foco na valorização do protagonismo juvenil, na medida em que a proposta busca a valorização dos atores sociais saídos do seio da população negra e pobre, constituindo-se como referência, pois contemplará os sujeitos que abarcam o espaço escolar que é múltiplo e apresenta uma grande diversidade étnico-racial que não é vislumbrada nos currículos escolares e que por conta disso, reverbera nos índices educacionais negativos como a evasão, baixos índices nas avaliações institucionais. Entendemos que, ao se apropriarem de tais saberes, discentes perceberão as possibilidades diante do mundo e de si mesmos, estimulando a sua autoestima. A intenção é que a atividade também proporcione a compreensão sobre as discussões de gênero, educação antirracista, processo de independência da Bahia, a história local, percebendo o protagonismo do povo negro, especialmente das mulheres negras.

A sequência didática proposta neste estudo se desenvolve da maneira a seguir. Inicialmente, o(a) docente deverá solicitar dos(as) alunos(as) uma pesquisa bibliográfica orientada sobre o tema (1ª aula). Em seguida, para trazer essas experiências invisibilizadas, produziremos recursos didáticos que contemplem tais narrativas e que possam servir para outros(as) estudantes (2ª aula). Após essa etapa, o(a) professor(a) distribuirá uma reportagem sobre o assunto para que os(as) educandos(as) façam uma análise (Reportagem do *GI*) e de um audiovisual (filme e cordel). Posteriormente, deverá realizar uma roda de conversas sobre o tema abordado ao longo das aulas (3ª aula). A duração dessa proposta didática seria de 3 aulas de 60 minutos.

Qual é o sentido da educação? Não é transformar? Tomando como referência Paulo Freire (1967), como podemos promover a transformação dos sujeitos, se essa transformação não vier de nós mesmos? Assim, como o diálogo sobre a participação das mulheres negras na Independência da Bahia que tecemos com vocês, precisamos pensar como essas discussões poderão chegar às nossas salas de aula.

Concomitantemente a essas inquietações, é notório que a própria historiografia ainda deixa lacunas no que diz respeito à questão de gênero, raça e Independência da Bahia. Por isso, são tão importantes pesquisas do Ensino de História que resgatem essas mulheres para que, enfim, possamos compreender esse processo por outro olhar e novas perspectivas.

Uma das formas de que temáticas como essa sejam contempladas nas salas de aula é através da produção de materiais didáticos, como livros paradidáticos, *e-books*, jogos digitais, entre outros, ou na elaboração de

sequências didáticas e planos de aula que tragam à tona essas personagens que têm tido suas histórias invisibilizadas ou pouco abordadas nos livros didáticos.

Coadunando com Miguel Arroyo (2012, p. 120):

Se assumimos como princípio epistemológico que toda experiência social produz conhecimento e que todo conhecimento é produto de experiências sociais teremos de aceitar que a diversidade de experiências humanas é a fonte mais rica da diversidade de conhecimentos. Temos de reconhecer que desperdiçar experiências, inclusive de alunos e mestres, é desperdiçar conhecimentos. Quando os currículos, o material didático ou nossas lições desperdiçam ou ignoram as experiências sociais se tornam pobres em experiências e pobres em conhecimentos e em significados.

Portanto, a valorização dos diferentes agentes sociais no território do currículo perpassa pela compreensão da importância dos diferentes coletivos sociais como geradores de conhecimentos e valorização da educação antirracista na escola. Dessa forma, convidamos os(as) professores(as) da Educação Básica a embarcarem nesse desafio, de levar tais debates para quem realmente precisa se apropriar deles. Lembrando sempre que a Educação só terá sentido se partir de nossas próprias vivências.

PLANO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Ano/Série – 9º ano

TEMA: Participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil

	Saber fazer / Saber ser-conviver	Expectativa de Aprendizagem	Didático- metodológico	Recursos	Avaliação
A experiência das mulheres negras na Independência da Bahia, destaque para as Caretas do Mingau.	<p>Conhecer as narrativas históricas para mudanças de atitudes.</p> <p>Valorizar referenciais positivos das mulheres negras para salas de aula.</p> <p>Reconhecer-se como negro(a), frente ao entendimento dos fatos históricos.</p> <p>Valorizar o protagonismo juvenil no espaço escolar múltiplo e diverso.</p>	<p>Identificar as formas de atuação das mulheres negras no processo de Independência da Bahia.</p> <p>Destacar as Caretas do Mingau como movimento importante na Independência da Bahia.</p> <p>Criticar a tentativa de apagamento das mulheres negras nas lutas pela Independência da Bahia.</p> <p>Relacionar as discussões de gênero, educação antirracista, e história local, tendo o protagonismo do povo negro, especialmente das mulheres negras, como mote.</p>	<p>Pesquisa orientada para levantamento dos dados invisibilizados.</p> <p>Produção de materiais colaborativos para outras pesquisas entre os estudantes.</p> <p>Análise de reportagem e audiovisual.</p> <p>Roda de conversa.</p>	<p>Quadro branco, Internet, Data show, Notebook, piloto.</p> <p>Materiais para pesquisa.</p> <p>Reportagem <i>GI</i>.</p> <p>Filme.</p> <p>Cordel.</p>	<p>A avaliação será processual, observando a participação dos(as) discentes nas atividades, bem como o levantamento prévio dos conhecimentos dos estudantes.</p> <p>Avaliar o debate na roda de conversa e a finalização com a produção do recurso didático, elaborado pelos estudantes.</p>

Referências

ALMEIDA, Vanessa Pereira de. **A Guerra tem rosto de mulher**: as Caretas do Mingau! Narrativas da Independência da Bahia em Saubara. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Cachoeira, 2017.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O povo, a guerra, a liberdade: um programa político popular durante a guerra de Independência na Bahia (1822-1823). **Revista Clio**, v. 20, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24875>. Acesso em: 1 dez. 2022.

MOREIRA, Andrea de Carvalho. **Lucinda**: minhas escolhas me fizeram retornar ao quilombo. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

SANTOS, Viviane Carla Bandeira; MOREIRA, Andrea. Narrativas femininas na Independência da Bahia: um caminho para educação antirracista e decolonial. **Estudos IAT**, Salvador, v. 5, 2020. Edição Especial Prêmio Luís Henrique Dias Tavares.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

Os retratos de Maria Quitéria – proposta didática sobre uma imagem canônica

Leandro Antonio Almeida

Introdução

Vivemos em um mundo no qual é fácil produzir e circular imagens. Nossos celulares permitem tirar fotografias sem limites, possuem filtros para retocá-las e as transformar em ilustrações, ou inserir nelas ícones e emojis engraçados. Quando estamos satisfeitos, basta compartilhá-las na internet e nas redes sociais com nossos familiares, amigos e conhecidos. Podemos também compartilhar imagens que recebemos de amigos e parentes, elaboradas e manipuladas por pessoas, instituições, grupos políticos e de mídia que nem conhecemos bem. Podemos acreditar no que vemos, tomar essa imagem como expressão fiel da “realidade” e com essa crença passar a ver e agir no mundo de determinada maneira¹.

Daí a importância de se abordar criticamente as imagens, sobretudo em um mundo mediado cada vez mais por computadores e celulares ligados em redes. A grande capacidade de produção, circulação e manipulação que emergiu com a expansão das tecnologias digitais, smartphones e redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter, TikTok e WhatsApp colocam o problema da intoxicação de imagens junto aos jovens. Para além da manipulação de selfies com filtros para deixá-las mais atraentes para amigos e seguidores, há propagandas ou publis patrocinadas para aumentar os lucros na economia da atenção. Também tem preocupado a manipulação política, social e cultural através das velozes práticas de desinformação e *fake news*, especialmente a fabricação da realidade por meio da edição e produção de imagens e vídeos, cujo exemplo mais recente e aterrador são as *deepfakes*. Ou sua torção humorística através dos memes, os quais, mesmo com explícito caráter de fantasia e operação de montagem de imagens e vídeos, portam mensagens enviesadas que funcionam como argumentos e direcionadores de posições sobre a política, sobre a sociedade e a cultura. Ao lado da contextualização do conteúdo, a crítica das imagens no Ensino de História pode direcionar suas

¹ Exceto pelo segundo e último, os demais parágrafos dessa introdução reproduzem o texto da introdução do material didático que fundamenta essa sequência didática (Almeida, 2021, p. 4). As atividades de desenvolvimento da sequência didática também se inspiraram naquelas que constam no referido material.

indagações ao tempo veloz e voraz de sua atual produção e circulação viral, colocando-os em perspectiva histórica. O que leva ao questionamento sobre as imagens de épocas anteriores, nas quais o estatuto da representação e sua relação com a realidade era diferente do atual, bem como o acesso à sua produção, circulação e consumo.

Algumas imagens do passado ganham tamanho prestígio na sociedade que se tornam canônicas. Para o historiador Elias Thomé Saliba (2007, p. 88), as imagens canônicas são:

aquelas imagens-padrão ligadas a conceitos-chaves de nossa vida social e intelectual. Tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. São imagens de tal forma incorporadas em nosso imaginário coletivo, que as identificamos rapidamente.

Não por acaso a familiaridade com tais imagens torna-se coercitiva, porque acaba bloqueando representações alternativas e, por isso, “não nos leva mais a pensar” (Saliba, 2007, p. 88). Daí a necessidade de se distanciar delas, abordá-las criticamente, situando-as no tempo, revelando como e em que condições são produzidas, com qual finalidade são colocadas em circulação, para daí pensarmos como elas nos afetam.

Nesta sequência didática, abordaremos as condições, objetivos de produção e representações alternativas de uma imagem canônica bastante difundida na Bahia, o retrato de Maria Quitéria de Jesus. Ela notabilizou-se por fazer coisas que, em 1822, eram pouco esperadas para uma mulher: desobedeceu ao pai, vestiu-se como homem e participou de uma guerra com tanto destaque que foi condecorada pela mais alta autoridade do recém-fundado país. Por isso, Maria Quitéria foi integrada à constelação de personagens celebrados nas comemorações da independência do Brasil na Bahia, sobretudo aquelas ligadas aos festejos do 2 de Julho. Quem já participou ou assistiu algum desses desfiles, certamente viu meninas ou mulheres fantasiadas com capacete, uniforme militar, saiote e talvez a representação de uma arma ou espada. Ou então, em materiais didáticos ou no Google, já viu seu retrato, e teve a sensação de estar vendo a própria Maria Quitéria. Sua história é relativamente conhecida, mas a trajetória do seu retrato talvez não. Em uma época na qual era custoso produzir imagens, e poucos tinham esse privilégio, o retrato de Quitéria dependeu do seu encontro com uma escritora inglesa no Rio de Janeiro. Tal escritora não só a descreveu como encomendou um retrato dela a um pintor inglês que também estava no país. Cem anos depois outro estrangeiro, um pintor italiano, seguiu as diretrizes

de um renomado historiador brasileiro e remodelou esse retrato, elaborando um quadro que se tornou a imagem mais difundida de Quitéria, hoje presente em jornais, livros didáticos e sites.

A sequência didática a seguir tem por fim permitir ao estudante lidar mais criticamente com as representações de Maria Quitéria em particular e, como objetivo formativo, qualquer imagem. Foca nos caminhos da elaboração do primeiro retrato de Maria Quitéria, ainda no século XIX, cujos elementos e procedimentos podem ser usados para análise do quadro de Failutti, de 1920. Visando proporcionar maior versatilidade à prática docente, sugerimos em cada momento algumas atividades de aprofundamento e interfaces interdisciplinares, que o docente pode utilizar em função do tempo e dos seus objetivos. A sequência terá como referência e dialogará de perto com o livro temático *De Maria de Jesus a Maria Quitéria: caminhos centenários de um retrato*, gratuitamente disponível no site do grupo de pesquisa Roda de Histórias da UFRB, no formato PDF, em link citado na bibliografia. As fontes indicadas também estão disponíveis nesse material didático, o qual pode ser projetado para os estudantes. E boa parte da bibliografia ali presente pode ser acessada e utilizada pelo docente para aprofundamento.

Desenvolvimento

1º momento – contextos e diagnósticos

Pressupomos um trabalho prévio do professor com os alunos em torno dos vários contextos de independências na América Latina, no Brasil e na Bahia. Também é desejável uma abordagem sobre as relações de Portugal e Brasil com a Inglaterra no início do século XIX.

Nesse momento, o professor pode sondar o conhecimento dos estudantes sobre Maria Quitéria, onde a conheceram e como tomaram contato com suas representações visuais, registrando esse momento em texto e por desenhos.

É importante também uma sondagem sobre Maria Graham e Augustus Earle, seguida de uma pesquisa biográfica. O Material “De Maria de Jesus a Maria Quitéria” tem um esboço biográfico de ambos na página 10, e referências bibliográficas com links, para aprofundamento.

2º momento – o relato de Maria Graham

O Diário de Maria Graham é uma importante fonte sobre Maria Quitéria. Sugerimos, primeiramente, o trabalho com o texto para que os alunos se familiarizem com a narrativa da escritora britânica sobre a Guerra do Recôncavo e com as descrições sobre Quitéria. Utilizamos a tradução de Américo Jacobina Lacombe para a Companhia Editora Nacional, disponível on-line. O trecho começa na página 329.

Um trabalho mais aberto pode ser feito com leitura e discussão, partindo dos alunos, da íntegra da entrada do diário e dos temas que traz. Sugerimos, como recortes possíveis, quatro entradas mais curtas, que podem ser exploradas independentemente pelo docente, ou trabalhada por grupos de alunos:

- A descrição que Maria Graham faz de Maria Quitéria (p. 329-331).
- A descrição do modo de vida na fazenda do senhor Gonçalves, pai de Quitéria (p. 329-330).
- O relato de como Maria Quitéria recebeu a notícia da Guerra no Recôncavo (p. 330).
- O relato de como Maria Quitéria foi para a Guerra, sua atuação e condecoração (p. 330-331).
- (Esses trechos estão disponíveis no material “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”, p.12, 14, 20-21).
- Os trechos permitem abordar alguns temas, que podem ter sido trabalhados anteriormente, sobre o modo de vida no Recôncavo e do país no período:
 - Questões de gênero – o papel esperado para mulheres, as atividades cotidianas e a ação feminina durante a Guerra; vestimentas de Quitéria e o estranhamento de Graham.
 - Questões econômicas – produção rural (agricultura e pecuária), comércio e venda de bens agrícolas, trabalho masculino e feminino, relação com os escravos.
 - Questões políticas – diferentes posturas dos emissários, de Gonçalves e de Quitéria.
- Relação conflituosa com povos indígenas.

É importante relacionar esse trecho com a biografia de Maria Graham, e sua perspectiva sobre os processos históricos em curso, a independência do Brasil (era pró-brasileira), o antiescravismo e especialmente valorização

da ação feminina (para isso ver p. 239-240 do Diário, que dá sentido à ação de Quitéria na Guerra do Recôncavo).

Um trabalho mais aprofundado e interdisciplinar com inglês pode partir do texto original do diário (também disponível na bibliografia), página 292 e seguintes. Decorrente dele pode-se colocar questões acerca da tradução de termos e, assim, questionar a noção de fonte histórica. Alguns exemplos da tradução podem ser assinalados, por exemplo, na tradução de “*wild Indians*” (literalmente, índios selvagens) por “índios brabos”.

Sugerimos também, como produto, que os alunos elaborem uma representação visual de Maria Quitéria que parta de uma interpretação deles do texto de Maria Graham ou, especificamente, das descrições. Ao final, podem ser comparadas os diversos desenhos, e questionadas as prioridades feitas a partir do texto.

3º momento – visualização do retrato de Quitéria elaborado por Earle

Sugerimos uma visualização atenta do retrato de Quitéria, elaborado por Augustus Earle a pedido de Graham, que consta na edição original do Diário, entre as páginas 292 e 293.



Dona Maria de Jesus, 1824. Gravura: água-tinta em preto e branco – 22,7 x 16,7 cm em papel. Desenho de Augustus Earle (1793-1838) e gravura de Edward Francis Finden (1791-1857). Publicada na edição original do Diário de Maria Graham (1824), p. 292-293 (referência completa na bibliografia).

Inicialmente, pode ser feita uma leitura atenta do conteúdo da imagem, que combina o retrato da própria Quitéria e os elementos adjacentes do primeiro plano e do fundo, conforme figura.

No capítulo “entendendo o retrato” do material “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”, páginas 48 a 57, fornecemos suporte a essa interpretação através de esquemas, atividades e textos, com o objetivo de significar e contextualizar vários elementos da imagem talvez inacessíveis aos estudantes.

Depois, é possível retomar tanto o texto de Graham quanto os desenhos elaborados na etapa anterior, visando problematizar a relação entre texto e imagem. Sugerimos também uma análise da inserção do retrato no Diário de Graham, explorando-se os elementos paratextuais como a capa e folha de rosto, ou sua posição na página do diário (ver capítulo “Gravura no Livro” do Material “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”, p. 17-25).

Vale retomar aqui a problematização feita no item anterior e relacionar como a imagem pode expressar (reforçar ou até contradizer) as perspectivas de Maria Graham acerca dos processos representados. É importante que o retrato possa ser percebido como integrante de uma obra maior que tinha objetivos e intenções, compunha uma obra estruturada de determinada maneira para provocar determinados efeitos em seu público, composto por letrados e letradas da Inglaterra do início do XIX, um império com negócios e possessões em todo o planeta. O material “De Maria de Jesus a Maria Quitéria” traz trechos de textos acadêmicos que permitem aos docentes situar o público e as perspectivas indicadas.

4º momento – confronto de imagens

Após a visualização atenta e interpretação dos elementos do retrato, o professor pode comparar o retrato com outras imagens de períodos anteriores e contemporâneas, visando multiplicar as possibilidades de interpretação, contextualização e historicização. Com o auxílio das imagens, fontes e textos acadêmicos inseridos no material “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”, esses confrontos podem ter várias direções, que o professor pode seguir conforme seus objetivos:

- A comparação do retrato de Quitéria com as outras gravuras do Diário, para analisar como essa publicação representa visualmente uma ideia de Brasil através das paisagens e imagens urbanas da escravidão (ver capítulo “Gravuras do Livro”, p. 27-34).

- A comparação do retrato de Quitéria com outros retratos bélicos na modernidade, de homens e mulheres, bem como retratos elaborados por pintores britânicos de referência a Augustus Earle, no sentido de apreender modos comuns de representação de retratos de pessoas em guerra (ver capítulo “Matrizes Visuais”, p. 38-45).
- A comparação do retrato de Quitéria no diário de Graham com outros retratos de Quitéria do século XIX, elaborados por Earle e Chamberlain, no sentido de problematizar a representação visual de Quitéria a partir de fontes não canônicas (ver capítulo “Outros retratos”, p. 59-64).
- De maneira especial, detida e separadamente, sugerimos a comparação do retrato de Quitéria inserida no Diário de Maria Graham com a versão de Domenico Failutti de 1920, um quadro exposto no Museu Paulista nela inspirada, mas com substantivas diferenças. No material “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”, o retrato de Failutti é objeto de toda a parte III, páginas 66-85, e o confronto entre ele e sua fonte de inspiração do século XIX é trabalhado nas páginas 86-92. A semelhança formal e o mesmo objeto precisam ser problematizados e relacionados às perspectivas que informaram seus patrocinadores e orientou a produção. A depender dos arranjos curriculares, é possível que essa comparação seja o foco do trabalho pedagógico, sobretudo se o professor desejar tratar das representações da independência no período republicano.



Figura da esquerda: A Brazilian Amazon (Uma amazona brasileira) 1823-1824. Aquarela e grafite sobre papel 19,0 x 15,5 cm. Atribuído a Henry Chamberlain (1796-1844). Doação da Fundação Estudar, 2007. Coleção Brasiliana. Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://pinacoteca.org.br/acervo/obras/>. Figura da direita: A female soldier of South America (Uma mulher soldado da América do Sul) 1824? Aquarela 17,1 x 14,3 cm. Augustus Earle (1793-1838). Acervo Coleção Rex Nan Kivell Biblioteca Nacional da Austrália. Disponível em: <https://nla.gov.au/nla.obj-134519205/>.



Figura da esquerda: Dona Maria de Jesus (1830). Gravura. Água-tinta colorida à mão 25,0 x 19,2 cm. Augustus Earle (1793-1838) – desenho, Edward Francis Finden (1791-1857) – gravura e cores. Acervo Prints, Drawings and Watercolors from the Anne S.K. Brown Military Collection. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:231363/>. Figura da Direita: Maria Quitéria de Jesus (1920). Óleo sobre tela, Policromia. 233 x 133 cm (sem moldura). Domenico Failutti (1872-1923). Acervo Museu Paulista da USP. São Paulo-SP. Disponível em: <http://acervo.mp.usp.br/IconografiaV2.aspx>.

Complementarmente, os dois últimos itens podem novamente ser confrontados com o texto de Graham, desta vez para se indagar sobre a representação visual de Quitéria. No diário, as feições de Quitéria estranharam a escritora inglesa, ao comentar sobre as “feições da jovem, especialmente os olhos e a testa, [que] apresentam os mais acentuados traços dos índios”. O estranhamento de Graham é feito à luz da informação que o pai e a mãe da guerreira eram portugueses, uma informação que hoje se sabe equivocada, sendo seu pai brasileiro. Além disso, soube, provavelmente pela própria Quitéria, que as mulheres aprendiam a manejar armas como homens para caçar e “para defender-se de índios brabos”, sugerindo a presença indígena naquela região do Recôncavo no início do século XIX. Igualmente importante é que o registro seguinte do diário de Graham narra justamente um encontro da escritora a um grupo de indígenas, à época qualificados como “Botocudos”, que visitaram a Praia Grande no Rio de Janeiro. Teria mesmo Quitéria traços indígenas? Ou Graham os projetou na guerreira baiana, informada por sua visita, pelas classificações racialistas já em circulação na Europa, ou por qualquer outra fonte?

Essas são perguntas para as quais não há respostas, e talvez nunca haja. Sua relevância histórica e didática está em possibilitar questões sobre as representações. O que “traços indígenas” significava ou como se traduzia visualmente em imagens no período? É possível observar tais traços indígenas nos retratos de Earle e Failutti? Caso negativo, se a possibilidade de retratar Quitéria com traços indígenas estava aberta no próprio texto de Graham, porque não se traduziu visualmente, nem nas imagens canônicas nem nas menos conhecidas? O professor pode encaminhar um debate sobre a representação do tipo nacional e sobre indígenas nos séculos XIX e início do XX, por brasileiros e estrangeiros, ou relacionar Quitéria com famosas personalidades negras branqueadas ao longo da história, como Machado de Assis.

Outro exercício é o confronto das imagens anteriores com outras representações de Quitéria existentes nas cidades onde moram ou na internet. Dois exemplos de imagens que não entraram no material “De Maria de Jesus a Maria Quitéria” mas que podem ser utilizadas nesse exercício são esculturas de José Pereira Barreto (Salvador, 1953) e Luiz Humberto de Carvalho (Feira de Santana, 2002). Os estudantes podem valer-se dos procedimentos adotados no texto para indagar sobre os símbolos e os sentidos de memória e identidade trazidos pelas esculturas.



Estátua “Maria Quitéria de Jesus, soldado Medeiros”. José Pereira Barreto. 1953. Bronze Fundido, 6,59m altura. Largo da Soledade, Liberdade, Salvador-BA. Detalhe da Foto Raimundo Ribeiro, Pinterest. Disponível em: br.pinterest.com/pin/477311260481798753/.



Monumento a Maria Quitéria. Luiz Humberto de Carvalho. 2002. Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana-BA. Fotos: Jorge Magalhães (Prefeitura Feira de Santana, 2016). Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/secom/noticias.asp?idn=16212>

5º momento – representando Quitéria no século XXI

Esperamos que os estudantes tenham, a essa altura, percebido que os retratos de Quitéria foram produzidos segundo padrões visuais, a partir de demandas e objetivos diferentes, e apropriadas em diferentes contextos, o que explica as alterações do retrato ao longo do tempo. A principal questão não é qual delas representa a “verdadeira” Maria Quitéria, mas sim que, na produção de qualquer representação, está em jogo convenções, linguagens, suportes, intenções e ideologias.

O objetivo do último momento, que pode ensejar um projeto interdisciplinar com artes e português, é que os estudantes elaborem um novo retrato de Maria Quitéria.

Sugerimos que a atividade seja precedida de questionamentos que sirvam para síntese do que já foi trabalhado, situem criticamente os estudantes e explicitem suas próprias aspirações.

- Os questionamentos mais abertos e elementares dizem respeito à relação com os retratos anteriores: “Você seguirá algum modelo? Vai retomar a descrição de Maria Graham? Vai inovar ou atualizar essa nova representação? Pretende que ela seja símbolo de alguma ideia ou causa atual?”

- As questões anteriores podem ser aprofundadas a partir de um exercício contrafactual com desenhos, próximo ao texto de Graham: “como seria uma representação de Maria Quitéria com traços indígenas, na linha da observação de Graham?” É possível ainda avançar mais na imaginação e, descolando-se do diário de Graham, responder positivamente e com desenhos as duas outras perguntas elencadas anteriormente: “E se, no lugar de uma mulher branca com trajes militares, ela fosse retratada com roupas e feições de mulher do campo, com trajes de vaqueiros, ou adereços indígenas? Poderia ser representada integralmente como indígena ou negra? Era possível isso no período? O que isso significaria hoje?”
- Um auxílio do docente de artes pode questionar as técnicas e recursos: “será feita uma pintura, escultura, gravura ou uma fotografia modificada? Quais meios e códigos serão empregados nessa representação e por quê? Quais efeitos geram no espectador?”

Junto do retrato, os estudantes podem elaborar um texto:

- Apresentando Maria Quitéria, uma síntese biográfica e o contexto da independência no qual atuou.
- Situando a nova representação, suas motivações, seus códigos e sua relevância para o espectador atualmente.

Antes ou depois da elaboração desse novo retrato, os estudantes podem retomar os desenhos feitos no momento 2, conversando sobre as mudanças na percepção visual de Quitéria que a turma teve ao longo de todo o percurso.

Como culminância, a reunião desses trabalhos pode ensejar uma exposição física na escola e(ou) virtual, disponibilizada em blogs e redes sociais. Com um pouco mais de dedicação e recursos pode-se elaborar um catálogo impresso ou digital com todo o material.

PLANO DE ATIVIDADES SUGERIDO

Ano/Série – 9º ANO E ENSINO MÉDIO

TEMA: Os retratos de Maria Quitéria

PLANO DE AULA		Tema: Os retratos de Maria Quitéria (séc. XIX e XX)		Aula nº
Série: 8º e 9º ano do Ensino Fundamental / Todos os anos do Ensino Médio.				
Objetivo geral				
Possibilitar ao estudante uma relação crítica com as imagens, especialmente as canônicas, entendendo-as não como expressão verdadeira ou falsa de uma realidade anterior retratada mas como uma representação construída segundo convenções, técnicas, suportes e intenções, destinadas a públicos específicos e passíveis de apropriação e recriação.				
Objetivos de aprendizagem	Conteúdos	Tempo	Técnica	Recursos
Descrever e analisar fontes históricas levando em conta a relação entre a linguagem e os conteúdos. Contextualizar fontes históricas em relação ao espaço de publicação / divulgação, situando-as em relação a gêneros, suportes, perspectivas e intencionalidades e neles expressos. Traçar relações de semelhança e diferença acerca de convenções, técnicas e conteúdos de fontes históricas, cuja contextualização permitirá elaborar hipóteses e explicações sobre processos e representações. Ressignificar e se apropriar de imagens canônicas como símbolos de intervenção no presente.	- Quitéria no Diário de Maria Graham 1 (texto). - Representação do Reconhecimento e das lutas pela independência na Bahia. - Quitéria no Diário de Maria Graham 2 – conteúdo e localização do retrato - Diário como fonte de textos e imagens. Confronto do retrato de Quitéria do Diário com outras imagens da época. Confronto do retrato de Quitéria com o quadro de Domenico Failutti.	2 aulas de 50 min. 2 aulas de 50 min.	Leitura; Discussão; Tradução (opcional); Desenho. Visualização de imagens (análise e contextualização); Discussão; Leitura de textos. Visualização de imagens (análise e contextualização); Leitura de textos; Comparação entre imagens; Discussão. Visualização de imagens (análise e contextualização); Leitura de textos; Comparação entre imagens; Discussão.	Texto do Diário de Graham (original e traduzido); Textos de apoio do Material Didático “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”; Projektor. Imagem do Diário de Graham; Textos de apoio do Material Didático “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”; Projektor. Imagem do Diário de Graham; Imagens e Textos de apoio do Material Didático “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”; Projektor. Imagem do Diário de Graham; Imagem do quadro de Domenico Failutti; Imagens e Textos de apoio do Material Didático “De Maria de Jesus a Maria Quitéria”; Projektor.
Avaliação/produção final				
- Nova representação de Maria Quitéria – Desenho. - Texto explicativo, contendo: a) síntese biográfica de Quitéria e contexto no qual atuou; b) motivações, finalidade e relevância do novo desenho para sua comunidade o século XXI. - Catálogo impresso ou digital de toda a turma, em site, blog ou rede social.				

Referências

ALMEIDA, Leandro Antonio de. De Maria de Jesus a Maria Quitéria: caminhos centenários de um retrato. **Roda de Histórias**, Cachoeira, 3 jun. 2021. Disponível em: <https://www.rodahistorias.pro.br/post/quiteria-caminhos-retratos>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 329-331, 340. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/brasiliana/colecao/obras/18/diario-de-uma-viagem-ao-brasil-e-de-uma-estada-nesse-pais-durante-parte-dos-anos-de-1821-1822-e-1823> ou no link <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/444/1/GF%2008%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GRAHAM, Maria. **Journal of a a Voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823**. London: Longman and Murray, 1824. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=89628. Acesso em: 14 ago. 2023.

SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e a história. *In*: CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé. **História e cinema**: duas dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda, 2007.

O negro na guerra de Independência na Bahia: 1822-1823

Irineu Aranha Oliveira

A presente proposta de aula-oficina¹ tem como objetivo discutir a presença do negro na guerra de Independência ocorrida na Bahia entre os anos de 1822 e 1823. Os livros didáticos geralmente não abordam essa temática, como se pode verificar ao analisar dois livros didáticos do 8º ano de Ensino Fundamental anos finais (Oliveira, 2021).

Trago dois exemplos dessa abordagem: *Estudar História: das origens do homem à era digital*, de autoria das professoras Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto (2018), e *Diálogos da História*, de autoria de Fábio Salvari (s. d.). Após a análise dos livros, é possível concluir que ambos reproduzem a narrativa historiográfica sobre a Independência do Brasil centrada numa perspectiva europeia, na qual não houve protagonismo dos nascidos na América. Assim, o grupo de comando do Brasil (latifundiários, políticos e profissionais liberais) tem papel secundário e os populares pouco são citados nesta narrativa. Para exemplificar, o livro de Braick e Barreto cita a ação dos populares na Batalha do Jenipapo, ocorrida no Piauí, enquanto a guerra de Independência ocorrida na Bahia é brevemente citada apenas como uma ação de D. Pedro que enviou oficiais para comandar a resistência às tropas portuguesas radicadas em Salvador (Braick; Barreto, 2018, p. 129). Quanto ao livro Salvari, nele, a participação popular no processo de Independência do Brasil nem sequer é mencionada.

Os livros didáticos analisados abordam de maneira tímida a Guerra de Independência ocorrida na Bahia e não mencionam a presença da população negra (escravos, libertos e livres) na referida guerra. Dessa maneira, não contemplam a legislação educacional, a qual determina que a história e cultura das minorias sociais sejam valorizadas, como a história e cultura afro-brasileira e indígena, haja vista a Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações, a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008. No caso da BNCC do Ensino Fundamental, publicada em 2017, a habilidade 11 do componente História propõe “Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti” (Brasil, 2017, p. 425).

1 Sobre a metodologia da aula-oficina, ver: Barca (2004).

Levando em consideração que os livros didáticos analisados centram sua abordagem em uma história eurocêntrica, na qual a ação dos negros ainda não é compreendida como parte do processo de Independência, propõe-se uma aula que possibilite destacar a participação de negros e negras na guerra de Independência na Bahia.

Desenvolvimento da atividade

A proposta será desenvolvida em duas horas-aula (100 min), fundamentada na perspectiva freiriana de uma construção de ensino-aprendizagem a partir do protagonismo do aluno, bem como seguindo as orientações das competências gerais da educação básica contidas na BNCC, como o exercício da curiosidade intelectual, utilização das diferentes linguagens, valorização dos diversos saberes... (Freire, 1996).

Recomenda-se, no primeiro momento, a distribuição aos alunos da letra impressa do Hino ao Dois de Julho, que também é o hino do estado da Bahia. Em seguida, passa-se à exibição do filme *Desfile de do 2 de Julho – Caetité*². Após a exibição do filme, o professor poderá dividir a sala em grupos de até quatro alunos, pedindo para que os alunos dialoguem entre si sobre o hino e o vídeo exibidos, fundamentando essa prática em Paulo Freire, para quem “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade sua submissão” (Freire, 1996, p. 14). Ao dividir a sala em pequenos grupos para que os alunos possam dialogar entre si, o professor possibilita que a turma possa aprender pela troca de experiência com os colegas e oportuniza a prática da criticidade.

Para melhor conduzir a discussão, o professor pode elaborar questões que irão nortear a discussão nos grupos, perguntas como: vocês conhecem o hino do estado da Bahia? Vocês sabem a importância do Dois de Julho? Já assistiram, ou participaram de algum desfile do Dois de Julho? Já ouviram falar da Guerra de Independência na Bahia? Perceberam alguma representação/participação do negro durante o desfile exibido no vídeo? Você acha que na Guerra de Independência na Bahia teve participação de negros?

Recomenda-se, caso a escola seja situada em cidades sem a tradição das comemorações do Dois de Julho, que o professor oriente os alunos a fazer consultas on-line para alimentar as discussões em grupo. Caso a escola não te-

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gRvPEVTiYqY>. A ideia de usar a festa de Caetité é tirar o foco das comemorações em Salvador e no Recôncavo e levar os alunos a perceberem outras comemorações no interior da Bahia.

nha acesso a internet, o professor deve disponibilizar conteúdos como livros, jornais, revistas... É importante incentivar a prática da pesquisa e o desenvolvimento da autonomia do aluno.

Se a escola estiver localizada em cidades com tradição dos festejos do Dois de Julho, a discussão em grupo poderá ser norteadada pela a experiência dos alunos nos desfiles. Nesse caso, importa lançar questões como: qual o sentimento ao participar dos desfiles? Sabem o motivo do desfile do Dois de Julho? A população negra é representada nos desfiles?

Após o diálogo realizado nos grupos, o professor poderá abrir a discussão, franqueando a palavra para a turma. O professor participará como um mediador conduzindo às discussões, provocando quando necessário, apontando para as lacunas dos currículos e dos materiais didáticos, que em sua maioria excluem o negro da construção social, política e econômica do Brasil, em especial, da Guerra de Independência na Bahia.

Finalizando a primeira aula de 50 minutos, o professor pode propor uma atividade a partir de trechos do artigo “O jogo duro do Dois de Julho” (Reis, 1989). Seria interessante o professor selecionar trechos do referido artigo, distribuindo aos grupos que foram divididos no início da aula. A partir da leitura do material, os alunos farão uma apresentação sobre tema, que pode ser em forma de cordel, poema, música, desenho, teatro etc. A preparação das atividades para apresentação (cordel, teatro, música...) e a culminância da aula/oficina ocorrerão na última aula.

Na perspectiva de Paulo Freire, na qual compreende-se a aprendizagem como um processo contínuo e inacabado, sempre em construção, faz-se necessário que o professor reveja a prática docente cotidianamente na tentativa de descobrir os próprios limites e falhas, e, nesse processo de idas e vindas, construção e desconstrução, busque avançar numa prática democrática de ensino-aprendizagem. Segundo Freire, “O sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que chamo espaço livres a serem preenchidos” (Freire, 1982, p. 100).

Portanto, o professor leitor dessa proposta de aula tem a autonomia, e até mesmo o dever de modificá-la de acordo o interesse e a realidade da turma a qual leciona, transformando e aperfeiçoando a referida proposta com o objetivo de mostrar o protagonismo negro na Guerra de Independência na Bahia, que muitas vezes é silenciado no processo de ensino-aprendizagem.

PLANO DE ATIVIDADE SUGERIDO

Ano/Série – 8º ano

Tema: As diversas faces da Independência do Brasil

	Saber fazer / Saber ser-conviver	Expectativa de Aprendizagem	Didático- metodológico	Recursos	Avaliação
<p>Independência do Brasil na Bahia.</p> <p>O negro na Independência na Bahia.</p>	<p>Valorizar o protagonismo negro nos processos de independência.</p> <p>Pesquisar sobre os processos de independências.</p> <p>Preocupar-se com os sistemas políticos excludentes e as formas de superá-los.</p>	<p>Analisar o protagonismo negro na construção social, política e cultural do Brasil, na temática da Independência ocorrida na primeira metade do século XIX.</p> <p>Compreender a Independência como um processo no qual diversos interesses se confrontaram.</p> <p>Relacionar a importância da Bahia na consolidação da Independência do Brasil.</p> <p>Identificar a presença do negro no processo de Independência ocorrido na Bahia.</p>	<p>Saudação inicial/apresentação do tema da aula.</p> <p>Distribuição da letra do hino da Bahia.</p> <p>Exibição do vídeo, Desfile do 2 de julho – Caetité – 3’29”.</p> <p>Divisão da sala em grupos e discussão sobre o vídeo e o hino do Estado da Bahia.</p> <p>Discussão com a turma.</p> <p>Leitura do texto entregue na aula anterior, e, organização para apresentação (desenho, poesia, música, dança...).</p> <p>Apresentações.</p>	<p>Retroprojektor, caixa de som e/ou televisão</p> <p>Textos didáticos sobre a Independência do Brasil na Bahia.</p> <p>Vídeo – Desfile do 2 de julho – Caetité.</p>	<p>A partir do produto final, se espera que os alunos possam desenvolver a capacidade cognitiva de compreensão do tema e, através de habilidades específicas, possam expressar, no produto final, o conhecimento construído no processo da aula-oficina.</p>

Referências

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In*: UNIVERSIDADE DO MINHO. **Para uma educação de qualidade**: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED), Instituto de Educação e Psicologia, 2004, p. 131-144.

BRAICK, P. R.; BARRETO, A. **Estudar História**: das origens do homem à era digital. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 3 maio 2021.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 4 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 14.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **O educador**: vida e morte. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 100.

KRAAY, H. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX. **Afro-Asia**, Salvador, n. 23, p. 53, 2000.

KRAAY, Hendrik “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

OLIVEIRA, Paula Ricelle; DUARTE, André Ricardo Barbosa. Livros didáticos de história no contexto da Lei nº 10.639/2003: algumas contribuições e discussões para análise de materiais didáticos e os resultados pós-lei. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 3, n.1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1831>. Acesso em: 30 abr. 2021.

OLIVEIRA, Irineu Aranha. **A Independência na Bahia e o Ensino de História:** a educação escolar e a ausência do negro na guerra ocorrida entre os anos de 1822 e 1823. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2021.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. “O jogo duro do dois de julho: o ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia”. *In*: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência Negra no Brasil Escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989, cap. 5, p. 79-98.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALVARI, Fábio. **Diálogos da História** – 8º ano do Ensino Fundamental. Recife: Construir, [s. d.].

Prefeitura de Caetité. **Desfile do 2 de Julho:** Caetité. Youtube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gRvPEVTiYqY> > Acesso 25 de setembro 2022.

A Cartilha Dois de Julho em sala de aula

Carollina Carvalho R. de Lima

Nos dois últimos séculos, a narrativa histórica escolar tende a apresentar a Independência do Brasil como obra de um dia, ressaltando a agência de D. Pedro, filho do rei de Portugal. Entretanto, a independência foi resultado das disputas e dos interesses de determinados grupos sociais e envolveu lutas, mortes e perdas, a fim de garantir direitos e a definitiva saída portuguesa do território, após três séculos como parte do Império Ultramarino português.

Desse modo, podemos afirmar que a Independência do Brasil foi um processo histórico em que a tomada do território brasileiro das mãos de Portugal se concretizou na Bahia, palco de combates, cuja maior conquista, ocorrida no dia 2 de julho de 1823, teve participação decisiva das camadas mais populares (Guerra Filho, 2004).

O entendimento de que a guerra de independência na Bahia e seus desdobramentos ainda carecem de maior espaço na narrativa histórica escolar nos motivou a construir a proposta de Aula-Oficina que ora apresentamos. O trabalho foi desenvolvido pela autora no âmbito do Projeto de Extensão LAPEHP no Bicentenário¹ e toma como fonte principal um material didático, financiado pelo Governo do Estado da Bahia e organizado pela Fundação Pedro Calmon, intitulado *A Bahia na independência nacional. Cartilha – 2 de julho*, disponível para download², e que teve alguma circulação nas escolas baianas no contexto de sua edição.

Buscou-se, no planejamento didático e na proposição das tarefas, evidenciar a agência de determinados sujeitos e elementos da memória coletiva a partir da leitura de fontes, em especial, de natureza imagética, buscando, em boa medida, superar versões ufanistas, descontextualizadas e que tratam a data como uma mera efeméride.

1 O Laboratório de Pesquisa em Ensino de História e História Pública (LAPEHP) está ligado à Faced/UFBA, sob coordenação dos professores Alex Costa e Carollina Lima, e contou com a participação de três estudantes bolsistas: Bianca Mascarenhas, Isnara Gotado e Luiz Martins. O projeto envolveu a produção de materiais didáticos que subsidiem o trabalho dos professores de História com história local, com recorte da Independência do Brasil na Bahia.

2 Disponível em: <http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/232/1/A%20Bahia%20na%20Independ%C3%Aancia%20Nacional%20-%20Cartilha%202%20de%20julho.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

O planejamento didático e as atividades foram pensados em diálogo com a metodologia da Aula-Oficina, de Isabel Barca (2004). Partimos da premissa de que o processo de ensino e aprendizagem em História precisa oferecer condições para o desenvolvimento do pensamento histórico que, segundo a pesquisadora, "passa por uma compreensão contextualizada do passado, com base na evidência disponível, e pelo desenvolvimento de uma orientação temporal que se traduza na interiorização de relações entre o passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado" (Barca, 2004).

Para tanto, ao longo dos "blocos de aula", buscou-se dar ênfase ao manejo crítico e criativo de fontes históricas³, a fim de oportunizar aos estudantes da Educação Básica o desenvolvimento de uma atitude investigativa. A proposta é que os alunos complexizem suas ideias históricas e aprendam procedimentos característicos da pesquisa histórica, para que sejam capazes de ler e pensar o mundo historicamente (Lee, 2006). Nessa direção:

Os grandes alvos de aprendizagem (*attainment targets*) referem-se ao desenvolvimento de instrumentalizações – domínio da cronologia, conhecimento e compreensão de temas em âmbito e profundidade, interpretações da História, pesquisa histórica (interpretação de fontes) e comunicação – e são apresentados numa progressão de complexidade ao longo da escolaridade obrigatória (Barca, 2004).

No caso da Independência do Brasil na Bahia, o tema viabiliza, na esteira do que propõe Joaquim Pratts, a inclusão de unidades temáticas que abordam elementos ou fontes da história local, nos quais é possível introduzir os estudantes no método histórico, capacitando-os para manejar conceitos históricos, exercitar o domínio das temporalidades, formular hipóteses e aprender a analisar vestígios do passado ou realizar tarefas de classificação (Pratts, 1996).

Nessa direção, nossa proposta privilegia o trabalho pedagógico com a *Cartilha – 2 de Julho*, publicação que tem capítulos assinados pelos historiadores Ubiratan Castro Araújo e Wlamyra Albuquerque. O material foi concebido para circular nas escolas baianas, trazendo uma detalhada exposição acerca do processo de independência. Ao longo dos quatro blocos de aula, propõem-se questões e atividades para ajudar as/os estudantes a explorarem citações, fontes e referências que são mobilizadas pelos autores no texto

3 Tomamos uma definição proposta por Arostegui (2006, p. 491): "as fontes históricas são todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discursos intelectuais, que procede da criatividade humana, através da qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação no tempo".

didático. Os links indicados no planejamento a seguir dão acesso ao arquivo com as tarefas. A ideia é que a/o docente se aproprie do material, orientando o andamento da aula pelas questões apresentadas.

A atividade proposta abarca os dados gerais do docente e da situação didática planejada; a indicação das aprendizagens esperadas; os objetivos que, por sua vez, tem relação com as questões problematizadoras; os conteúdos que serão explorados no processo de ensino e aprendizagem; os recursos mobilizados, tendo em vista diferentes realidades escolares; a descrição das metodologias de ensino, considerando três momentos; a indicação dos instrumentos de avaliação da aprendizagem; ao final, a lista de referências consultadas; e um espaço para anotações pós-aula, cuja finalidade é estimular a autoavaliação docente e o exercício de reflexão crítica e criativa do que foi desenvolvido na prática.

No que tange especificamente aos conteúdos⁴, propomos que eles sejam pensados em três grupos: conceituais, procedimentais e atitudinais, sendo que os conteúdos conceituais se subdividiriam em “substantivos” e de “segunda ordem”. Para Peter Lee (2006), os conceitos substantivos remetem ao resultado das investigações históricas, o que, na escola, vulgarmente conhecemos por “matéria” e/ou “conteúdo”. Os conceitos de segunda ordem, por sua vez, estão ligados ao domínio epistemológico da história, ou seja, às noções utilizadas e mobilizadas na construção do conhecimento histórico.

Sem se pretender prescritivo, sugerimos recursos para viabilizá-lo em diferentes realidades escolares, do ponto de vista da estrutura física e tecnológica, entendendo que “o planejamento das atividades de aula pode ser mais ou menos formal, mais ou menos minucioso, de acordo com o nível de organização prévia do trabalho, do estoque de materiais existente e de experiências do professor” (Barca, 2004). À vista disso, convidamos o docente a (co)criar e remixar o material, apropriando-se e dando a ele outros sentidos.

Aliás, como propõe Barca (2004), é fundamental que a(o) docente atue como um “investigador social” que interpreta “o mundo conceitual dos seus alunos, não para classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceituação dos alunos”. Desse modo, no planejamento de uma aula de História, é imprescindível que se prevejam estratégias e atividades que oportunizem

4 Usamos o conceito de Conteúdo nos apropriando da tipologia dos desenvolvida por Antoni Zabala (1998), em diálogo com a proposta de categorização dos conceitos históricos desenvolvida por autores ligados à Educação História, como Peter Lee (2003, 2006) e Isabel Barca (2004, 2021).

aos estudantes apresentarem suas ideias prévias sobre o passado, a fim de garantir o reconhecimento dos conhecimentos tácitos das(os) estudantes acerca dos conceitos históricos trabalhados em sala de aula.

Planejamento didático

DOCENTE: nome completo do(a) professor(a)	
ANO/TURMA:	TEMPO PREVISTO: 3 horas, cada bloco
UNIDADE:	CAPÍTULO: (se houver, indicar o título)
OBJETIVO GERAL	Explorar uma fonte de natureza didática sobre a Independência do Brasil na Bahia e, a partir dela, interrogar outras fontes, a fim de reconstituir o contexto da guerra e o processo político que culmina na separação política de Portugal, reconhecer mudanças e permanências históricas e problematizar a memória coletiva acerca desse acontecimento histórico.
APRENDIZAGENS ESPERADAS	<p>Espera-se que, ao final dos “blocos de aula”, os estudantes tenham:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Compreendido os conceitos substantivos e de segunda ordem, complexizando suas ideias iniciais sobre os temas abordados. – Localizado temporalmente um conjunto de eventos, compreendendo o caráter processual dos acontecimentos históricos interpretados e as relações entre presente e passado. – Lido e confrontado diferentes fontes históricas em suportes diferentes e com mensagens diversas, reconhecendo nas fontes apresentadas e(ou) pesquisadas elementos que confirmam validade às informações e contextualizem sua produção. – Comunicado, em diferentes linguagens, argumentos, hipóteses e interpretações históricas com base em evidências e de maneira criteriosa.
PREPARAÇÃO (Momento inicial)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação do objetivo geral e das aprendizagens esperadas. 2. Provocação inicial, a partir de uma questão-problema e uma fonte. 3. Reconhecimento dos conhecimentos prévios, por meio das respostas e posturas desencadeadas com a provocação inicial. 4. Estabelecimento de relações entre as ideias apresentadas pelos estudantes com os conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais) que serão abordados ao longo dos quatro blocos de aula. 5. Orientação para a leitura antecipada da fonte didática (<i>Cartilha – 2 de julho</i>) a ser explorada ao longo dos quatro blocos de aula por meio de um conjunto de atividades. Para acessar o arquivo completo das atividades clique aqui.

RECURSOS	Versão alta tecnologia	<p>Projeção do material para a turma, via <u>data show</u>.</p> <p>Leitura do <u>arquivo digitalizado</u> em tablets e/ou <u>computadores</u>.</p> <p><u>Softwares de edição de texto e de imagem</u> para desenvolver as atividades propostas no material de apoio.</p> <p>Pesquisa bibliográfica e documental na <u>internet</u>.</p>
	Versão baixa tecnologia	<p>Projeção do material para a turma, via <u>data show</u>.</p> <p>Leitura da <i>Cartilha – 2 de julho</i> e do material complementar na <u>versão impressa</u>.</p> <p>Resolução das atividades no <u>caderno</u>, utilizando, quando necessário, recortes de <u>revistas</u> e <u>ilustrações</u> próprias.</p> <p>Pesquisa complementar utilizando o <u>celular</u> com acesso à <u>internet</u>.</p>
	Versão zero tecnologia	<p>Leitura da <i>Cartilha – 2 de julho</i> e do material complementar na <u>versão impressa</u>.</p> <p>Resolução das atividades no <u>caderno</u>, utilizando, quando necessário, recortes de <u>revista</u> e <u>ilustrações</u> próprias.</p> <p><u>Artigos acadêmicos</u> e materiais de consulta (<u>livros, revistas, jornais</u>) para pesquisa em sala de aula.</p>
BLOCO DE AULA 1		
QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS:	<p>– Em que contexto histórico a guerra de Independência aconteceu na Bahia?</p> <p>– Como o conhecimento histórico sobre o processo de independência é produzido?</p>	

CONTEÚDOS	Conceituais	Substantivos	<ul style="list-style-type: none"> – Reino Unido – Revolução do Porto – Metrópole/colônia – Independência do Brasil
		Segunda ordem	<ul style="list-style-type: none"> – Narrativa histórica – Fonte histórica
	Procedimentais	<ul style="list-style-type: none"> – Ler a fonte apresentada. – Identificar e comparar as diferentes fontes citadas no texto didático. – Preencher o quadro comparativo da natureza das fontes citadas no texto didático. – Localizar no mapa regiões indicadas na fonte. – Pesquisar informações e dados desconhecidos e/ou que forem solicitados. 	
	Atitudinais	<ul style="list-style-type: none"> – Assumir postura crítica frente às informações que acessa. – Defender o trabalho profissional dos historiadores. 	
METODOLOGIA	1º Momento	<ul style="list-style-type: none"> – Caracterização do material didático a ser explorado na tarefa. – Leitura (silenciosa ou em voz alta, alternando os estudantes) do material: A Bahia na Independência nacional – Cartilha 2 de Julho, entre as páginas 4 e 10. 	
	Desenvolvimento	<p>Com a mediação da tarefa do bloco 1, realiza-se a/o:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Contextualização da fonte didática. – Levantamento de hipóteses a partir das fontes que são citadas pela obra didática. – Reconhecimento da função das citações no texto didático. – Sistematização dos acontecimentos históricos narrados no texto didático. – Diferenciação acerca da natureza das fontes (documentais e historiográficas). – Apresentação, em linhas gerais, do ofício dos historiadores. 	
	Síntese	<ul style="list-style-type: none"> – Retomada, por meio de exposição oral, dos conceitos substantivos, com reforço ao conceito de Independência do Brasil. 	

<p>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</p>	<p>[COMO?] Exposição oral de ideias e desenvolvimento da atividade de leitura orientada do texto didático que subsidia o planejamento e é objeto de análise nas tarefas propostas.</p> <p>[O QUE?] Na avaliação dos resultados apresentados, observar se as/os estudantes conseguiram: (1) compreender os conteúdos substantivos; (2) usar instrumentos de análise e interpretação histórica; (3) aplicar conhecimentos para a compreensão conceitual em diversos textos e contextos.</p>		
<p>BLOCO DE AULA 2</p>			
<p>QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS:</p>	<p>Por que a Independência do Brasil na Bahia é considerada um processo histórico?</p> <p>Por que nossa cultura tem a prática de estabelecer marcos temporais oficiais?</p>		
	<p>Conceituais</p>	<p>Substantivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Independência do Brasil na Bahia. – Identidade nacional.
<p>Segunda ordem</p>		<ul style="list-style-type: none"> – Tempo histórico. 	
<p>Procedimentais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Ler a fonte apresentada. – Selecionar eventos com base na sua importância histórica. – Organizar uma linha do tempo, ordenando os eventos selecionados. – Justificar a escolha dos eventos históricos, apresentando critérios para a seleção. 		
<p>Atitudinais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Defender a democracia e a soberania popular. – Valorizar as lutas por direitos e a resistência das camadas mais populares nos processos políticos que marcaram o país. 		

METODOLOGIA	1º momento	– Leitura (individual e silenciosa) do material: A Bahia na Independência nacional – Cartilha 2 de Julho, entre as páginas 13 – 39, destacando no próprio texto as principais informações.
	Desenvolvimento	Com a mediação da tarefa do bloco 2, realiza-se: – Retomada dos principais eventos que marcaram o processo de Independência e a guerra na Bahia. – Discussão sobre tempo histórico, diferenciando-o do tempo cronológico e apresentando as noções de curta, média e longa duração. – Ordenamento temporal dos eventos destacados. – Representação dos eventos históricos selecionados em uma linha do tempo. – Leitura da tela de Antônio Parreiras (p. 25), com ferramentas de análise e procedimentos característicos da ciência histórica.
	Síntese	– Promover a socialização do trabalho desenvolvido pelos estudantes, por meio da exposição das linhas do tempo que eles construíram.
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	[COMO?] Exposição oral de ideias e desenvolvimento da atividade de leitura orientada do texto didático que subsidia o planejamento e é objeto de análise nas tarefas propostas. [O QUE?] Na avaliação dos resultados apresentados, observar se as/os estudantes conseguiram: (1) localizar no tempo os eventos relacionados à Independência; (2) reconhecer evidências para confirmação e refutação de hipóteses (descritivas e explicativas); (3) compreender as durações em História.	
BLOCO DE AULA 3		
QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS:	Qual é a importância da festa do <i>Dois de Julho</i> , celebrada anualmente na Bahia? Como a festa do <i>Dois de Julho</i> costuma acontecer?	

	Conceituais	Substantivos	- Festa popular. - Dois de Julho.
		Segunda ordem	- Mudanças e permanências. - Evidência histórica.
	Procedimentais	<ul style="list-style-type: none"> – Ler o texto didático como fonte histórica e historiográfica. – Fazer inferências a partir das fontes apresentadas. – Comparar e analisar imagens, buscando evidências históricas. – Responder (no caderno) às questões propostas, sintetizando aspectos discutidos no texto. 	
	Atitudinais	<ul style="list-style-type: none"> – Preservar e defender o patrimônio cultural e políticas públicas de conservação e salvaguarda. – Reconhecer e valorizar a interculturalidade que caracteriza a sociedade brasileira. 	
METODOLOGIA	1º momento	<ul style="list-style-type: none"> – Perguntar aos estudantes se eles conhecem a Festa do Dois de Julho. – “Passear os olhos” pelas fotografias presentes na <i>Cartilha – 2 de julho</i> e pedir que os estudantes descrevam oralmente o que estão vendo nas imagens. 	
	Desenvolvimento	<p>Com a mediação da tarefa do bloco 3, realiza-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Discussão sobre as festividades do “Dois de Julho”. – Reconhecimento dos grupos sociais que participam da festa do 2 de julho. – Reconhecimento dos elementos religiosos e políticos presentes na festa do 2 de julho. – Problematização acerca dos usos do passado e do lugar da rememoração histórica na construção da identidade coletiva. – Exposição da ideia da festa popular como espaço de resistência e manifestação política. – Discussão sobre mudanças e permanências nas formas de celebrar o Dois de Julho. 	
	Síntese	<ul style="list-style-type: none"> – Sistematização no quadro das permanências apontadas pelos estudantes na questão final da tarefa do Bloco 3. Para tanto, pedir que oralmente as/os estudantes apresentem suas respostas ao exercício. 	

<p>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</p>	<p>[COMO?] Exposição oral de ideias e desenvolvimento da atividade de leitura orientada do texto didático que subsidia o planejamento e é objeto de análise nas tarefas propostas.</p> <p>[O QUE?] Na avaliação dos resultados apresentados, observar se as/os estudantes conseguiram: (1) estabelecer relações entre presente e passado; (2) ler e confrontar fontes históricas em suportes diferentes e com mensagens diversas; (3) reconhecer nas fontes apresentadas elementos que confirmam validade às informações e contextualizem sua produção.</p>			
<p>BLOCO DE AULA 4</p>				
<p>QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS:</p>	<p>De que formas a sociedade mantém a memória de determinados personagens históricos?</p> <p>Que características são atribuídas aos sujeitos transformados em “heróis” históricos?</p>			
	<p>Conceituais</p>	<p>Substantivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Sujeito histórico. – Personagem histórico. – Panteão nacional. – Memória coletiva. – Identidade. – Lugares de memória. 	
		<p>Segunda ordem</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Narrativa. – Tempo histórico. 	
	<p>Procedimentais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Ler e selecionar informações no texto indicado. – Formular hipóteses aos questionamentos. – Reconhecer informações que contextualizam a produção e indicam a autoria do material consultado. – Fazer inferências a partir das fontes apresentadas, buscando responder às questões da atividade. – Analisar imagens, por meio de questões-problematizadoras. 		
	<p>Atitudinais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Assumir postura crítica em relação à memória histórica que se pretende difundir a partir do patrimônio presente em nossas cidades. – Defender os fortalecimentos das instituições de memória. – Defender a ciência histórica e as/os historiadores. 		

METODOLOGIA	1º Momento	<p>– Perguntar aos estudantes se eles se lembram de personagens que foram citados nas tarefas anteriores e deixar que eles se manifestem oralmente.</p> <p>– Apresentar a proposta da atividade que envolve a leitura de um texto informativo e da imagem que o acompanha, presentes no capítulo 4 da <i>Cartilha – 2 de julho</i>.</p>
	Desenvolvimento	<p>Com a mediação da tarefa do bloco 4, realiza-se:</p> <p>– Exposição dialogada sobre a noção de “herói histórico”.</p> <p>– Levantamento das características que são atribuídas aos sujeitos no texto informativo e na representação visual.</p> <p>– Confrontação dos indícios observáveis nas duas fontes apresentadas para cada personagem.</p> <p>– Discussão sobre as noções de memória coletiva e patrimonialização de bens culturais.</p>
	Síntese	<p>– Socialização das informações sistematizadas na tabela de caracterização das personagens selecionadas pelos autores e editores da <i>Cartilha – 2 de julho</i>.</p> <p>– Nessa dinâmica, em grupos de 4 estudantes, peça para que eles leiam a tabela uns dos outros.</p>
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	<p>[COMO?] Exposição oral de ideias e desenvolvimento da atividade de leitura orientada do texto didático que subsidia o planejamento e é objeto de análise nas tarefas propostas.</p> <p>[O QUE?] Na avaliação dos resultados apresentados, observar se as/os estudantes conseguiram: (1) estabelecer relações entre presente e passado; (2) ler e confrontar fontes históricas em suportes diferentes e com mensagens diversas; (3) reconhecer nas fontes apresentadas elementos que confirmam validade às informações e contextualizem sua produção.</p>	
REFERÊNCIAS	<p>BAHIA. <i>A Bahia na Independência nacional. Cartilha – 2 de julho</i>. Salvador: governo do Estado da Bahia; Fundação Pedro Calmon, s/d. Disponível em: encurtador.com.br/dpCEP. Acesso em 28/09/2022.</p>	
OBSERVAÇÕES PÓS-AULA		

Referências

- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. Bauru: Edusc, 2006.
- BARCA, Isabel. Educação histórica: desafios epistemológicos para o ensino e a aprendizagem da História. In: MARQUES, L. A.; GAGO, M. O. (coord.). **Diálogo(s), epistemologia(s) e educação histórica: um primeiro olhar**. Porto: CITCEM, 2021. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18582.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: UNIVERSIDADE DO MINHO. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED), Instituto de Educação e Psicologia, 2004.
- GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- LEE, Peter. “Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé”: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. (org.). **Educação histórica e museus**. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Lusografe, 2003, p. 19-36.
- LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, p. 131-151, 2006. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/DPFPv67KqKrWcc8nXWLBftM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2022.
- PRATTS, Joaquim. El estudio de la historia local como opción didáctica ¿Destruir o explicar la historia?. **Didáctica de las ciencias sociales, geografía e historia**, [s. l.], n. 8, p. 93-106, 1996. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=183789>. Acesso em: 28 set. 2022.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

História da Independência na Bahia com o RPG 2 de Julho

Josenilda Pinto Mesquita

A História escolar no Brasil integra o conjunto de disciplinas que foram sendo constituídas como saberes fundamentais para o processo de escolarização e passou por mudanças significativas ao longo dos últimos séculos em seu conteúdo, método e finalidades, até chegarmos às atuais propostas curriculares. Em meio a esta trajetória, percebemos a continuidade de conteúdos e métodos de ensino-aprendizagem do século XIX ainda no século XXI, o que nos leva a problematizar acerca das tradições da educação, que também permeiam a práxis do ensino-aprendizagem na escola contemporânea (Bittencourt, 2015).

Sendo assim, apresentaremos uma possibilidade de estudo sobre o processo de Independência do Brasil na Bahia por meio do jogo *RPG 2 de Julho*, visando o trabalho didático pedagógico da temática nas salas de aula do Ensino Fundamental II. Tendo o jogo como uma interface pedagógica no espaço escolar, propomos uma sequência didática com quatro aulas que irão colaborar para as aprendizagens dos educandos, fortalecimento da memória e história locais, visto que utiliza-se da simulação de um momento histórico da Bahia somado aos elementos de jogabilidade e ludicidade para construção e ampliação de habilidades e competências, tendo o 2 de julho e a participação popular neste evento, como tema central (Tavares, 2005; Guerra Filho, 2022a).

A temática Independência na Bahia foi escolhida para construção do jogo RPG 2 de julho por ser considerada um dos temas mais visitadas na historiografia baiana. Seus personagens mais conhecidos: Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Filipa, o Caboclo, Corneteiro Lopes, dentre outros, são lembrados nas ruas e monumentos, e nos desfiles do 2 de Julho, que ocorrem todos os anos em comemoração à Independência do Brasil na Bahia (Guerra Filho, 2022b; Moura, 2017). No entanto, a temática é pouco explorada por docentes em suas aulas da Educação Básica.

Apresentaremos a seguir uma sequência didática e sugestões de possibilidades pedagógicas para o uso do RPG, bem como bibliografia especializada para aprofundamento da temática. Associamos o lúdico, da interpretação de papéis do jogo RPG ao ensino do componente História, simulando com a participação dos estudantes/jogadores, os conflitos pela Independência na Bahia, criando estratégias possíveis para a sobrevivência no jogo ao mesmo tempo

em que aprendem acerca do contexto histórico da independência e desenvolvem habilidades que se refere ao pensar sobre a história, distante do modelo tradicional comumente associado a esse componente curricular.

Contextualizando o RPG

O Jogo RPG é compreendido como uma interface concreta para realização de diálogos acerca de temáticas históricas. Aportaremos em Wagner Luiz Schmit para conceituar RPG, porém, de antemão, alertamos que não é uma tarefa fácil, visto que é um jogo de interpretação e ações de cunho prático, que por melhor descrita, a práxis de uma partida tem uma função mais efetiva para compreensão do mesmo. Poderemos, então, dizer que:

Os jogos de representação (JR), mais conhecidos no Brasil como RPG (do original em inglês role-playing games), são atividades cooperativas nas quais um grupo de jogadores, geralmente em número de quatro a dez, cria uma história de forma oral, escrita ou animada e não-linear, utilizando-se como plano de jogo a imaginação, esboços, gestos, falas, textos e imagens. Cada um dos jogadores, com exceção de um, representa uma personagem da história, com características próprias pré-definidas. O jogador restante assume o papel de narrador (ou mestre de jogo, entre outros nomes), sendo responsável por descrever o cenário, além de representar todos os coadjuvantes, antagonistas e figurantes, denominados non-player characters ou mais comumente NPC (Schmit, 2008, p. 23).

O RPG possui uma estrutura fundamental que nos ajuda a melhor compreender sua funcionalidade, dentro de uma mecânica simples, a qual se organiza da seguinte maneira:

- a) Cenário: Local em que se passa a narrativa histórica das aventuras. A construção dos cenários: ruas, fortes, ilhas, barcos, conventos, aspectos geográficos do local, dentre outros, serão descritas no capítulo I;
- b) Enredo: Narrativa histórica que envolve todos os personagens, nela ocorre toda a trama da aventura e as ações desafiantes;
- c) Campanha: Uma série de sessões de RPG, com aventuras narrada pelo mestre ou *game master* (GM), que vão se desenvolvendo através do tempo;
- d) Aventuras: É uma história fechada com começo, meio e fim. Pode durar uma ou mais sessões de jogo;
- e) Mestre: Responsável por narrar a história e estabelecer regras ou leis antes e durante as sessões; os chamados GM;

- f) Classes: Estão diretamente ligados aos personagens do jogo, pois cada um possui características, habilidades e atributos de acordo com a classe que pertence;
- g) Personagens Jogadores (PJ): são todos os personagens inseridos na história e que serão interpretados pelos jogadores; os chamados PCs – *player character*;
- h) Personagens não Jogadores (NPC): são personagens inseridos na história e que serão controlados pelo Mestre, de modo que possa dar jogabilidade a história; os chamados NPCs – *non player character*;
- i) Raça: no contexto do Jogo RPG, existe um mundo de fantasia, em que seres exóticos podem ser utilizados como personagens. Esses seres são classificados como raças. As mais conhecidas são: elfos, goblins e ogros;
- j) Sistema de regras: são códigos que norteiam os jogadores nas ações para permitir seu acesso ambiente e aos elementos principais que são característicos do sistema de regras;
- k) Dados: fazem parte das regras que compõem o jogo, sendo o rolamento dos dados aliados as regras, o fator que irá definir se um jogador terá ou não sucesso em sua ação.

O RPG tem sido objeto de estudo de pesquisas voltadas para estabelecer sua funcionalidade como ferramenta educacional e de construção do conhecimento. Schmit (2008), através das suas pesquisas, busca associar o potencial do RPG e sua variedade de recursos de entretenimento às questões ligadas à educação. Os jogadores são livres para escolher como explorar o mundo do jogo, em termos do caminho escolhido através do mesmo, e podem revisitar áreas previamente exploradas, utilizando a imaginação e criando a narrativa da história do seu personagem no contexto da campanha e aventura.

O RPG *2 de Julho* foi criado com a intenção de apontar caminhos para o ensino-aprendizagem por meio de uma interface lúdica que pudesse engajar o estudante para o estudo da história. O RPG não apresenta uma narrativa fechada em sua campanha e aventuras, pois o desenrolar do jogo está nas ações de seus personagens jogadores e na condução do Mestre. Desta forma, propomos uma experiência com RPG em quatro aulas, que poderão ter desdobramentos a partir dos objetivos dos professores e dos estudantes, podendo chegar a quantidade de aula que considerarem pertinente. Esta proposta didática foi produzida para que possa ser experienciada por diversos interessados em contextos diversos. Para isso, cada docente poderá adaptar as suas ações

de jogabilidade de acordo com a sua interpretação da história e objetivos de aprendizagem esperados para os educandos que compõem a sua escola.

O RPG é um tipo de jogo que se baseia na narrativa de uma ficção, fundamentadas em histórias, que poderão ter caráter histórico ou não, mas que poderão ser utilizadas como elemento que colabora para o ensino-aprendizagem. É um jogo de entretenimento e estratégias, ao mesmo tempo em que favorece a autoria, dramatização, colaboração e interação entre os sujeitos que estão participando da rodada do jogo.

Esta flexibilidade do RPG é um ponto a ser destacado que possibilita a co-produção por parte do professor acerca do material que está elaborado, sendo possível reduzir, expandir, acrescentar classe, substituir, mantendo o objetivo de uma aprendizagem ativa e significativa

Nesta perspectiva, pensando o desenvolvimento de Jogo RPG histórico sobre a Independência na Bahia como suporte viável para a construção de conhecimento em aulas para estudantes do Ensino Fundamental, dividimos a proposta didática em quatro etapas/aulas. Porém, a utilização de um RPG atende às necessidades do mestre, que considerando necessário poderá desdobrar as 4 aulas em quantas considerar necessário de acordo com a sua turma. Esta proposta tem a função de apontar caminhos e possibilidades para a sua utilização para o desenvolvimento pedagógico.

Sequência didática proposta

A primeira etapa/aula da atividade, podemos considerar como a ambientação do estudante para com a temática e com o jogo RPG. Neste momento, a realização de pesquisas prévias sobre a temática e os sujeitos que participaram ativamente no processo de independência irá colaborar para elaboração dos personagens jogadores.

Pode-se iniciar com a turma organizada em semicírculo para uma exposição dialogada de 20 minutos, com o objetivo de realizar um levantamento das pesquisas realizadas e conhecimentos prévios dos estudantes acerca da temática. O professor poderá conduzir a exposição a partir dos temas geradores apresentados pelos estudantes e/ou por questões norteadoras (provocações). Algumas perguntas geradoras tais como: Como as pessoas que viviam naquela época? Quem eram pessoas que participaram da independência? Quais atividades/profissões exerciam? Como se comunicavam? Quais alimentos consumiam? Tais questões deverão colaborar com

reflexões acerca do período histórico e a compreensão dos estudantes sobre as Classes do RPG 2 de Julho.

Ainda nesta aula, é importante a leitura da campanha do RPG e a exposição das classes para que os estudantes possam escolher a qual classe o seu personagem estará vinculado. Tanto a campanha quanto as classes têm a função de ambientar os estudantes acerca do momento histórico ao qual o RPG está contextualizado.

A campanha do RPG 2 de Julho está ambientada na Bahia do século XIX, sua organização territorial em freguesias, de acordo com a estrutura religiosa católica adotada. A sociedade é fortemente hierarquizada, com pouca mobilidade social, dividida entre os ricos senhores das diversas provinciais, comerciantes de grande porte, grandes proprietários de terras e escravos, e do outro lado os pequenos agricultores, pequenos comerciantes, homens pobres livres, libertos e escravos (Mattoso, 1992).

A campanha deverá ser pensada como uma forma de contextualizar a formação sócio-histórica da Bahia no século XIX, de modo que os estudantes possam, através do jogo, simular a participação em um grupo de milícia que entrará em combate a favor da causa dos brasileiros. Pretendemos, com o jogo, despertar o estudante/jogador para os impactos da formação da sociedade baiana que temos hoje, e o quanto esses eventos ainda podem ser percebidos nas ruas, monumentos, casas e na reprodução de nossa existência ainda na contemporaneidade.

É importante que o restante da aula seja destinado à compreensão sobre as classes, função e habilidade de cada personagem, leitura da descrição das classes que estão no RPG e possíveis pesquisas que poderão colaborar com a elaboração da ficha do personagem e escrita do *background* (história do personagem). No RPG, o *background* é a história pregressa do personagem que é elaborada pelo jogador. Esta criação envolve engajamento, motivações e princípios que o jogador irá interpretar através do personagem, porém, a ficha é somente uma forma de representar.

A segunda etapa/aula é destinada à apresentação dos personagens jogadores elaborados previamente pelos estudantes. É importante que eles elaborem os seus personagens em momento anterior à aula, para que possam realizar reflexões sobre os seus personagens, pesquisas, elaboração da escrita da história do seu personagem, dentre outras informações que poderão suscitar pesquisas, escritas, reflexões sobre os personagens, correções, nova elaboração, busca de imagem que represente o personagem. São ações com

as quais pretendemos fortalecer a autonomia do estudante para elaboração do pensamento, tendo como base a história da Bahia, associada a elementos de ficção, visto que o seu personagem é uma construção imaginária dele a partir de várias referências.

O RPG tem por característica principal a simulação de papéis, e o estudante irá interpretar este personagem. Para tal, no jogo de mesa, poderão utilizar a criatividade com o tipo de voz do seu personagem, sexo, sotaque, modo de vestir, andar, até mesmo fantasias poderão ser utilizadas neste momento de apresentação dos personagens. A criatividade, imaginação, autonomia, respeito, conhecimento sobre as ações dos sujeitos em seu tempo, a oralidade, análise sobre os personagens que serão apresentados, dentre outras habilidades poderá ser explorada neste momento de socialização dos personagens e contar a sua história.

A terceira etapa/aula corresponde às jogadas da primeira aventura. Esta tem uma narrativa que conduz os jogadores para defesa do Forte de São Pedro que está sob ameaça de bombardeio por parte dos portugueses. No início da aula, a sugestão é a apresentação do mapa do jogo e, de acordo com a aleatoriedade dos dados ou por escolha, o mestre/professor deverá informar ao estudante onde o seu personagem está localizado no mapa e passar-lhe a missão de chegar até o Forte de São Pedro. Para o cumprimento desta missão, o estudante deverá conseguir localizar-se geograficamente, observar as ruas, caminhos, locais possíveis de serem adentrados, casas, comércios, onde encontrar água, comida, roupa, dormida, dentre outros elementos que poderá ser utilizado pelo professor.

Uma imersão no cotidiano da população baiana neste momento histórico é uma opção que poderá ser utilizada pelo docente, de acordo com o tempo e objetivo do seu planejamento, porém são ações que colaboram para a aprendizagem histórica, localização geográfica, arquitetura, ciências, dentre outros componentes que poderão ser associados nesta imersão.

As jogadas de ação dos personagens poderão durar duas aulas, podendo então a terceira aula ser destinada a exploração da localidade e a quarta ser dedicada às tentativas de adentrar ao Forte de São Pedro.

A quarta etapa/aula consiste em retornar a missão do Forte de São Pedro e por meio das jogadas de ação dos personagens, o mestre do jogo (no caso, o(a) docente) deverá envolvê-los em situações problemas que já compõem a aventura do RPG 2 de Julho, de modo que os estudantes tentem desvendar como impedir o bombardeio ao forte.

Neste momento, é importante que as motivações para participação da população local nos conflitos fiquem evidentes para os estudantes por meio das ações, e o desfecho com a fuga para a Vila de Cachoeira seja uma opção utilizada pelos estudantes ou sugestão do mestre com seus personagens não jogadores, que estarão amparando a narrativa da aventura para apoiar os objetivos do mestre. A elaboração de estratégias, atenção às ações dos colegas para não cometer erros, socialização de suas informações, colaboração, dialogismo, somados aos conceitos históricos relacionados à independência, poderão colaborar para uma aprendizagem mais significativa a partir dos objetivos do jogo.

PLANO DE ATIVIDADES SUGERIDO

Ano/Série – 7º, 8º e 9º ENSINO FUNDAMENTAL

TEMA: A participação popular no processo de Independência do Brasil na Bahia

	Saber fazer / Saber ser-conviver	Expectativa de Aprendizagem	Didático- metodológico	Recursos	Avaliação
<p>Motivações para a participação nos conflitos pela independência. Classes sociais que participaram da independência. As tensões sociais que levaram ao processo de independência na Bahia.</p>	<p>Refletir sobre a população local e suas habilidades para sobrevivência no período da independência. Localizar-se geograficamente em Salvador no século XIX. Valorizar as motivações da população local para a participação nos conflitos. Identificar a dinâmica social do período.</p>	<p>Analisar a participação popular no processo de Independência do Brasil na Bahia.</p>	<p>Exposição dialogada. Produção de pesquisas sobre o contexto que antecede ao estopim para os conflitos e a participação da população baiana do século XIX. Disposição da sala em semicírculo para o jogo de RPG: - Leitura da campanha com um fundo musical que gere uma atenção para compreensão do objetivo do jogo e quais as missões que deverão realizar.</p>	<p>Papel, caneta, manual com as classes e aventura 1 do RPG 2 de Julho.</p>	<p>A avaliação processual permite que as etapas das aulas sejam avaliadas no que diz respeito ao entendimento do contexto histórico da temática e a compreensão das etapas do jogo, a partir da produção de narrativas pelos estudantes/jogadores. A participação, colaboração e as relações da realidade com a imaginação do RPG são denominadores fundamentais para identificar o êxito da atividade.</p>

Referências

BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende.; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (org.). **Jorn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. *In: O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2015.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. O Protagonismo Popular na Guerra da Bahia (1822-1823). *In: MAZZEO, Antonio Carlos; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). Independência do Brasil: a história que não terminou*. São Paulo: Boitempo, 2022a. p. 155-175.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. Dois de Julho: Festas de Caboclo e Cabocla e a Guerra de Independência na Bahia. **Em Tempo de Histórias**, [s. l.], v. 1, n. 40, 2022b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/43986>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MATTOSO, Kátia M. Q. **Bahia, Século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOURA, Milton. O Caboclo Eduardo e a Festa do 7 de Janeiro em Itaparica, Bahia. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 9, n. 27, p. 115-150, jan./abr. 2017.

SCHMIT, Wagner Luiz. RPG e Educação: alguns apontamentos teóricos. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

Pirajá em foco: Independência na Bahia utilizando o TikTok

Luciana Conceição de Almeida Martins

Cláudia Regina Alves Machado

Fabiana Sousa de Almeida

Introdução

A educação contemporânea demanda um movimento de articulação entre os avanços das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) com propostas de metodologias ativas em prol da significação do ensino em geral. De acordo com as demandas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o enfoque do processo educacional deve estar no desenvolvimento de competências e no compromisso com a educação integral (Brasil, 2018).

Por competências, entende-se “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8). É, sobretudo, designar aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los. Isso significa que não se trata somente de levar as informações/conteúdos, mas saber como trabalhá-los para instigar o desenvolvimento de significados por parte dos estudantes – aprender a aprender.

Diante dessa perspectiva, o compromisso com a educação integral emerge como uma proposta de considerar o ser humano global e as suas complexidades, isso é, mobilizar suas potencialidades cognitivas, mas também seus processos emocionais, suas singularidades sem perder a visão plural e do respeito à diversidade que é um marco da luta de grupos dessa sociedade contemporânea. Não obstante, o documento da BNCC propõe a “superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida” (Brasil, 2018, p. 15).

Tomando por base a concepção supracitada de integralidade na educação e superação da fragmentação radical das disciplinas, não podemos deixar de refletir sobre as críticas empreendidas ao texto da BNCC,

principalmente no que diz respeito à área das Ciências Humanas. Assim, as críticas referem-se ao receio de que a proposta de integralidade da área funcione para fortalecer grupos de interesses que objetivam o desmantelamento da educação e o enfraquecimento das discussões mais específicas e profícuas de cada componente curricular, em detrimento de interesses empresariais e neoliberais (Simões, 2017).

Ainda segundo Willian Simões (2017), a nova reforma da educação básica pode ocasionar danos significativos em função da tendência à subalternização das Ciências Humanas, o que o autor denomina de “hierarquização dos saberes”, uma vez que a organização de carga horária privilegia alguns componentes curriculares em detrimento de outros. Também aponta para o risco do “fatiamento dos componentes” em prol dos itinerários formativos. Por fim, menciona o impacto e retrocesso educacional com a proposta de supressão dos componentes de filosofia e sociologia, ou mesmo da sua hibridização (Simões, 2017).

Com base nessa perspectiva, no âmbito das discussões do campo educacional, os esforços são para evitar a precarização do potencial pedagógico das áreas das Ciências Humanas, pois sabe-se que os componentes curriculares apresentam debates intradisciplinares que permeiam suas bases epistêmicas, aportes conceituais, abordagens metodológicas, dentre outros. Não à toa, vislumbra-se a cooperação e pontos de encontros, mas sem perder de vista as especificidades e identidades próprias de cada componente.

Foi a partir dessa lógica que planejamos a proposta de Atividade de Complementação Curricular (ACC)¹ para a área das Ciências Humanas do Colégio Estadual Alberto Santos Dumont (CEASD). As principais questões que nos mobilizaram enquanto docentes foram: como realizar uma atividade interdisciplinar, mas que considere as especificidades de cada componente da área das Ciências Humanas? A partir do olhar para o bairro de Pirajá e sua

1 A Atividade Curricular Complementar foi implementada na educação básica da Rede Pública Estadual de Ensino da Bahia, no ano de 2021 para atender ao “continuum Curricular dos anos de 2020/2021”, em função da ocorrência pandêmica do covid-19. De acordo com a instrução normativa, “no Art. 2º As Atividades Curriculares Complementares são atividades letivas que visam à fortalecer, reconhecer e valorizar conhecimentos, aprendizagens, atitudes e valores promotores da formação integral dos estudantes, bem como subsidiar o desenvolvimento das habilidades e competências das áreas de conhecimento e os componentes curriculares e as competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), bem como os demais documentos curriculares normatizadores das Educações Nacional e da Bahia” (BAHIA, 2021).

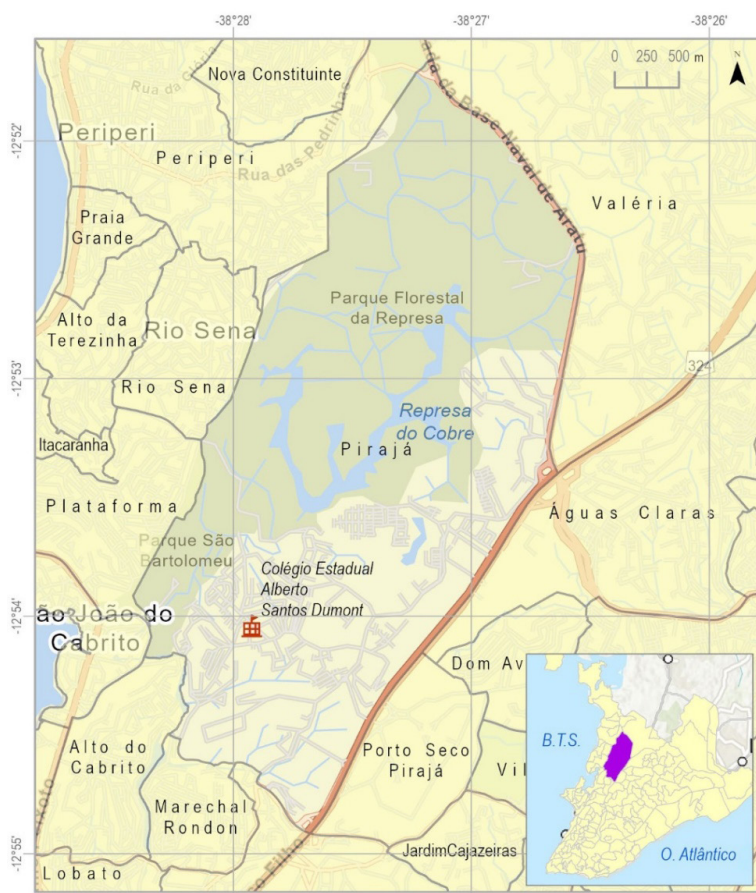
historicidade local, qual a sua significação e importância no contexto mais amplo da história da Bahia e Brasil?

Tendo em vista os questionamentos, nossa intencionalidade educacional foi despertar nos alunos do 3º ano do Ensino Médio o interesse pela investigação dos aspectos geográficos, sociológicos e históricos relacionados ao bairro no momento das lutas pela independência do Brasil no contexto da Bahia.

Pirajá na Guerra da Independência: usando TikTok

Antes de adentrarmos na proposta didática, faz-se necessário conhecer o breve contexto da escola que foi o lócus da atividade e o bairro no qual está situada, embora seja imprescindível deixar claro que a proposta aqui apresentada é aplicável em outras escolas, seja da rede pública ou privada e em variados níveis da Educação Básica.

Figura 1 – Mapa com a localização do bairro de Pirajá e o CEASD



Fonte: Elaborado por Adriano Mascarenhas (2022) utilizando os serviços ESRI Basemap.

O CEASD foi fundado em 1973 e acolheu o Educação Básica nas suas modalidades hoje denominadas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A partir do ano de 2019, o Ensino Fundamental foi, paulatinamente, suprimido da unidade, permanecendo apenas o Ensino Médio.

Conforme indicado no mapa da Figura 1, o colégio está localizado no bairro de Pirajá, situado na área suburbana da cidade do Salvador, o qual encontra-se dividido em: Pirajá Velho, local que abriga a antiga igreja matriz de São Bartolomeu (1638) e o Panteão de Labatut; Pirajá Nova, expansão da área a partir de novas ocupações residenciais (1980), composta pelas localidades “Pantanal, Sapolândia, Irecê e por diversos conjuntos habitacionais” (Santos *et al.*, 2013, p. 294).

Para a comunidade da grande área de Pirajá², essa divisão atual ganha outro significado, assim, o que os autores denominam de Pirajá Velho, a comunidade valida como Rua Velha de Pirajá, a qual, além dos patrimônios materiais listados, abarca ainda um dos principais parques urbanos de Salvador – Parque São Bartolomeu – que se conecta ao Subúrbio Ferroviário. O que denominam de Pirajá Novo subdivide-se em mais cinco localidades menores: Rua Nova de Pirajá, VL0, VL1, Quilômetro 09 e Conjunto Pirajá I.

Foi por meio do protagonismo da localidade em diferentes momentos da história da Bahia que, em 1972, o bairro passou à condição de Parque Histórico por meio de Decreto Municipal (Santos *et al.*, 2013).

Em tempos remotos, o bairro, situado na então Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá, representou um importante ponto estratégico para a economia local pois, durante o Período Colonial, foi destaque como área produtora, contendo inúmeros engenhos de açúcar, inclusive abrigando o primeiro engenho público do Brasil (Sena, 2021).

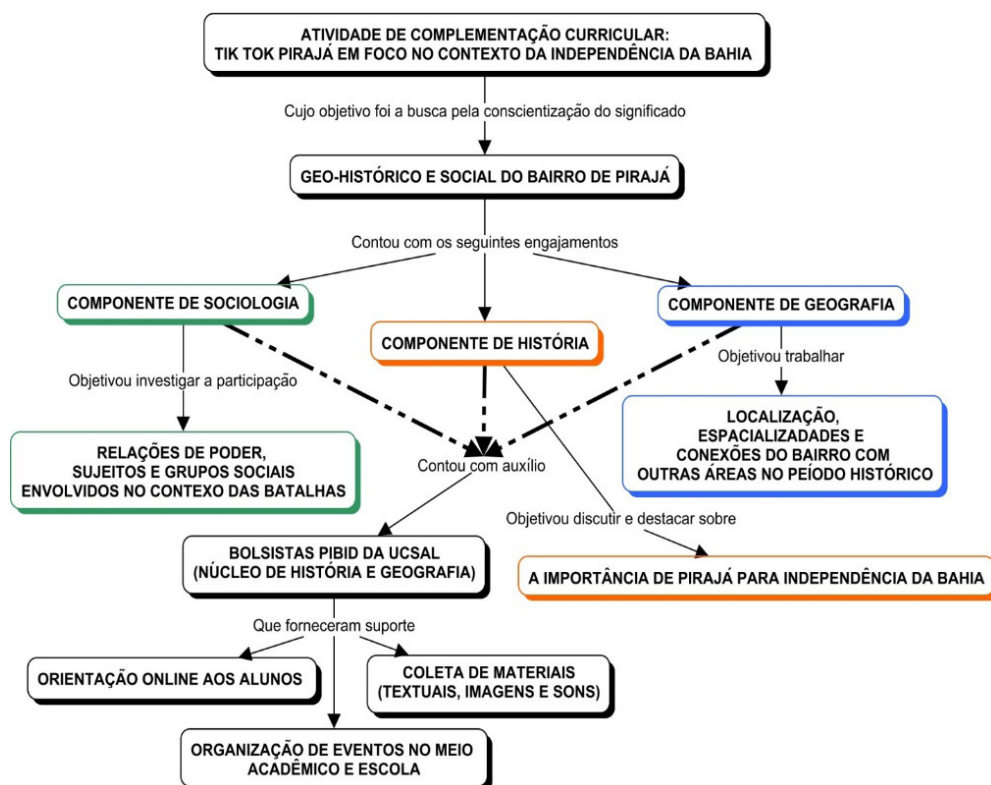
No contexto histórico das lutas pela independência do Brasil, a localidade se destacou como área central na logística nas batalhas e como ponto de conexão entre a capital Salvador e o Recôncavo Baiano. Em localidades próximas, diretamente relacionadas a Pirajá, como no Alto do Cabrito e Campinas de Pirajá, foram travadas batalhas que culminaram na Independência da Bahia em 2 de Julho de 1823 (Tavares, 2005).

Os reflexos de toda essa trajetória ainda se fazem presentes na comunidade através de nomes de ruas, praças e escolas, por meio dos patrimônios

2 De acordo com Gabriel Soares de Souza na obra *Tratados Descritivos do Brasil* (1587), a Toponímia Pirajá designa “Viveiro de Peixes”. Trata-se de um termo Tupi-guarani que faz alusão a uma ocupação indígena anterior ao processo de colonização europeia.

materiais existentes, de festejos com a chegada do fogo simbólico todos os anos no dia 1º de Julho e com a festa de Labatut. Foi a partir dos conhecimentos prévios relacionados à historicidade do bairro de Pirajá que desenvolvemos o planejamento da atividade complementar, contando com os seguintes engajamentos disciplinares:

Figura 2 – Mapa cognitivo com a ideia central da atividade



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme pode ser verificado no mapa cognitivo da Figura 2, a partir do objetivo da atividade, o tema gerador foi a importância da localidade de Pirajá no contexto das batalhas de Independência do Brasil na Bahia. Para tal, cada componente curricular da área das Ciências Humanas, sob orientação pedagógica das docentes, forneceu seus encaminhamentos conceituais e debates próprios para o desenvolvimento do produto a ser gerado na plataforma TikTok³ enquanto solução mediadora de aprendizagem, mas sem perder de vista o caráter interdisciplinar da atividade.

³ TikTok é uma rede social de elaboração e compartilhamento de cliques curtos. Representa uma tendência contemporânea entre os jovens e, portanto, faz parte da linguagem e cotidiano dos alunos.

No componente Sociologia, foram debatidos em classe os conceitos de Poder, Política e Estado, ressaltando que a organização política e social do período, bem como a legitimidade desse poder, concentrado nas mãos da coroa portuguesa, foi alvo de contestação por parte de diferentes grupos sociais com interesses variados. Em continuidade, abordou-se estratificação e desigualdades sociais, a fim de demonstrar que o sistema vigente naquele período foi abalado por movimentos de rebeldia.

Direcionando a análise para o componente Geografia, ao trabalhar a Independência da Bahia como tema, havia uma ligação relevante com um dos assuntos abordados em sala de aula, com o título: Populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas e demais minorias.

No estudo da população brasileira, foi debatida a participação desses grandes grupos de nossa população, com destaque para os negros e indígenas como povos atuantes e resistentes, desde o período da luta pela Independência do Brasil até os nossos dias atuais, onde é perceptível a luta desses povos e a importância dessas minorias sociais na contínua construção da democracia.

Ainda em Geografia, os conceitos de localidade e espacialidade foram trazidos nas aulas, visto que a localização de Pirajá foi um dos aspectos considerados para ser escolhido como um dos pontos estratégicos para a resistência e luta devido este local estar situado no alto, o qual facilitaria a visão de possíveis ataques contra o grupo que ali se reunia para lutar pelo nosso país.

O componente curricular História foi essencial para articular e fazer a mediação a partir das discussões realizadas nas aulas de Sociologia e Geografia. O cerne dos diálogos realizados nas aulas teve como foco a história local enquanto campo de observação, advertindo que esta não se refere unicamente à redução de enfoque para a região, o município, distrito ou local, isso porque há relações com a história mais geral. A diferença é que a história local fornece significado às particularidades dos espaços socialmente construído. Assim, de acordo com Carlos Henrique Farias de Barros (2013, p. 316):

A História Local permite ao educando perceber-se como sendo parte integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito construtor de fatos e acontecimentos que não são lineares, mas permeados de descontinuidades próprias do processo histórico. Enquanto estratégia de aprendizagem, a História Local pode garantir o domínio do conhecimento histórico. Seu trabalho no ensino possibilita a construção de uma história mais plural, que não silencie a multiplicidade das realidades.

Não obstante, acreditamos que compreender o espaço local, a sua dinâmica, historicidade e relações de poder, bem como as lutas sociais,

é imperioso para o processo de conscientização dos sujeitos sociais e da construção da cidadania. Assim sendo, conforme mencionado anteriormente, a rica trajetória histórica do bairro possibilitou trabalhar os variados aspectos das narrativas sobre a participação de Pirajá na guerra de independência do Brasil na Bahia. Para auxiliar nessa desafiadora atividade, contamos com o engajamento de oito bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), do Subprojeto de História e Geografia, coordenado pela professora Alessandra Carvalho e sob a supervisão da professora de história do CEASD, Luciana Martins.

Em meio à pandemia em função do covid-19 e, conseqüentemente, ocorrência de ensino remoto, coube aos bolsistas contribuir para: organizar um repositório para o acesso dos alunos com imagens, sons, textos de artigos, apostilas, livros, sites sobre a Independência da Bahia e participação de Pirajá. Também foram responsáveis por organizar um evento na escola, de forma remota, com participação e comunicação do licenciado em História Rodrigo Sena, que desenvolveu um memorial digital sobre a história do bairro⁴. Os bolsistas também realizaram oficinas auxiliando os alunos na organização das ideias para produção do TikTok. Por fim, juntos com a professora supervisora de história, organizaram e fizeram a mediação numa comunicação no âmbito acadêmico como atividade do PIBID, com a participação do historiador Sérgio Guerra Filho. Na oportunidade, os TikToks desenvolvidos pelos alunos foram apresentados.

No quesito avaliativo, consideramos todo processo constitutivo da atividade, isso é, participação e interesse dos alunos nas discussões dos componentes de História, Geografia e Sociologia, bem como nos eventos e oficinas formativas que contribuíram para o reforço do aporte teórico-conceitual e, por fim, o desenvolvimento do TikTok a partir do tema proposto, considerando os aspectos sócio-histórico, geográfico, a criatividade e coerência a partir de tudo que foi trabalhado. Para melhor elucidar a proposta de investigação e construção, apresentaremos a diante o plano da atividade interdisciplinar.

Com o acelerado avanço das tecnologias digitais da informação e comunicação, não é adequado um ensino pautado na reprodução de conteúdos, memorização e centralização do poder e conhecimento na figura do professor. Para essa exigente sociedade contemporânea, são imprescindíveis novas abordagens didático-metodológicas que contemplem as características de

4 Memorial Digital sobre a História do Bairro de Pirajá. Disponível em: <https://www.memorialpiraja.com.br/>.

dinamismo, versatilidade, praticidade, criatividade, interatividade e acesso às informações, presentes nos estudantes desse atual contexto.

Diante dessa assertiva, chegamos à conclusão de que a atividade proposta alcançou o objetivo esperado e o momento da socialização da produção de TikToks das turmas gerou novos debates e reflexões. Logo, notamos que desenvolver atividades interdisciplinares voltadas para resolução de problemas e produção de soluções mediadoras de aprendizagens motiva os alunos no sentido de aprofundar-se em pesquisas e no compromisso em representar o conhecimento de forma crítica e criativa, principalmente quando a produção faz parte da linguagem de domínio do universo dos alunos, como foi o caso do TikTok e seu compartilhamento nas redes sociais.

Por outro lado, tanto a atividade quanto a aprendizagem na área das Ciências Humanas tornaram-se significativa por ter partido de um tema gerador instigante e que se relacionou diretamente com a história local do ambiente de vivência desses alunos, mas em conexão com a história mais ampla.

PLANO DE ATIVIDADES SUGERIDO

Ano/Série – 3ªSÉRIE ENSINO MÉDIO
TEMA: Pirajá em foco: a história local no contexto da Independência da Bahia

	Saber fazer / Saber ser -conviver	Expectativa de Aprendizagem	Didático- metodológico	Recursos	Avaliação
<p>História local no contexto da Independência da Bahia – bairro de Pirajá.</p>	<p>Comparar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais), avaliando os conflitos sociais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.</p> <p>Valorizar significado geohistórico e social do bairro de Pirajá para a história do Brasil e da Bahia.</p>	<p>Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.</p>	<p>A partir de materiais disponibilizados, a turma deverá desenvolver um vídeo curto, no formato de TikTok, de forma coletiva e construtiva, que aborde aspectos da história sobre a importância do bairro de Pirajá na guerra de independência da Bahia no Brasil.</p>	<p>Textos didáticos. Quadro, piloto, data show. Celular, internet, aplicativo TikTok.</p>	<p>A avaliação consistirá no acompanhamento da produção da atividade, identificando elementos de participação, criatividade, coerência da temática, pertinência das imagens e do som, de acordo com o tema abordado.</p>

Referências

BARROS, Carlos Henrique Farias. Ensino de História, memória e história local. **Revista de História da UEG**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 301-321, jan./dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antônio; MORAES, Luís Roberto; FISCHER, Tânia (org.). **O caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. 2. ed. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2013. (Coleção Gestão Social).

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Instrução Normativa nº 03/2021**. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2021. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/atividades-curriculares-complementares-accs>. Acesso em: 3 dez. 2022.

SENA, Rodrigo de Souza. Memorial Digital sobre a história do bairro de Pirajá no Período Colonial. **Memorial Pirajá**, [s. l.], mar. 2021. Disponível em: <https://www.memorialpiraja.com.br/in%C3%ADcio>. Acesso em: 9 dez. 2022.

SIMÕES, Willian. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 45-59, jan./jun. 2017.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

As autoras e os autores

Andrea de Carvalho Moreira

Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia, mestra em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Atualmente é professora profissionalizante da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) e professora do Ensino Fundamental e Médio da Prefeitura Municipal de Cruz das Almas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ciência e Tecnologia.

E-mail: deamoreyra1973@gmail.com

Carollina de Lima

Lecionou por oito anos na Educação Básica. Atualmente, é professora de Fundamentos e Metodologias do Ensino de História na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e do Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É pesquisadora vinculada ao grupo MEHED/FACED. Recentemente, sobre a temática deste livro, com a Prof^a Dr^a Ana Heloísa Molina, publicou o artigo “O jogo duro do Dois de Julho e as narrativas sobre a participação da Bahia na Independência do Brasil em livros didáticos regionais para os Anos Iniciais”, no dossiê especial da revista *Antíteses* (2022).

E-mail: carollinadelima@ufba.br

Cindy Alanis Santos Souza

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cursando o 8º semestre. Pesquisadora CNPq de Iniciação Científica, que desenvolve projeto sobre: Diálogos entre a História Antiga e o Ensino de História. Integrante do Laboratório de Ensino e Historiografia da Antiguidade e do Medievo (LEHAM). Também atua no programa de Residência Pedagógica.

E-mail: sscindy4@gmail.com

Claudenia dos Santos Ferraz

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cursando o 8º semestre. Integrante do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMarx/UESB), no qual desenvolve pesquisa nas seguintes linhas: Formações sociais pré-capitalistas entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média; Mulheres, Feminismo e Ideologia.

E-mail: denaferraz44@gmail.com

Cláudia Regina Alves Machado

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Desenvolve oficinas de política e cidadania no projeto: “Jovens Comunicadores”, do Seminário baiano. É professora do Colégio Estadual Alberto Santos Dumont, no qual leciona nos componentes de Sociologia e Geografia.

E-mail: claudia.ambientalista@gmail.com

Fabiana Sousa de Almeida

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente leciona no componente curricular de Sociologia nos Colégios Estaduais Alberto Santos Dumont e Monte Gordo.

E-mail: fabbyalmeida@gmail.com

Heloisa Helena Tourinho Monteiro

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, Mestre em Educação pela UFBA, Licenciada em História pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Professora de História do Ensino Fundamental e Médio do Liceu Salesiano Salvador, Professora Formadora do curso de História da UAB-UNEAD-UNEB. Consultora e Formadora do Instituto Chapada de Educação (ICEP). Autora de materiais didáticos na área de História, anos iniciais do Ensino Fundamental.

E-mail: heloisaheroi@gmail.com

Irineu Aranha Oliveira

Residente da cidade de Ibicuí, situada no sudoeste baiano, professor da área de humanas Anos Finais do Ensino Fundamental, e, Ensino Médio. Graduado em História (FTC), Filosofia (UESC), especialista em História e Cultura Afro-brasileira (Universidade Cândido Mendes), mestre em História do Atlântico e Diáspora Africana (PPGH-UESC).

E-mail: irineuaranha@gmail.com

Josenilda Pinto Mesquita

Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), mestrado e doutorado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente é Professora da Graduação em História da UCSAL, professora de História na rede municipal de Camaçari (BA) e Professora Orientadora do Programa Residência Pedagógica (Capes).

E-mail: josymesquita@gmail.com

Leandro Antonio de Almeida

Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP), onde se tornou mestre e doutor pelo programa de História Social. Integra o grupo de Pesquisa Humor e História da USP. É professor de Ensino de História e estágio supervisionado do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Coordena o Grupo de Pesquisa Roda de Histórias, voltado ao Ensino de História com foco na Bahia e no Recôncavo.

E-mail: leandroaalmeida@hotmail.com

Lina Maria Brandão de Aras

Professora titular aposentada do DH/FFCH/UFBA. Tem Graduação (UFBA), mestrado (UFPE) doutorado (USP) e pós-doutorado (UFPE) em História. Docente nos programas de pós-graduação em História, nos Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA) e no ProfHistória UNEB – *Campus I*.

E-mail: lina.aras60@gmail.com

Luciana Conceição de Almeida Martins

Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). É doutora em Difusão do Conhecimento no programa de pós-graduação multi-institucional e multidisciplinar (DMMDC/UFBA). É professora no curso de história da UCSAL, no Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória da UNEB) e também nos Colégios Estaduais Alberto Santos Dumont e Duque de Caxias.

E-mail: luckianas@gmail.com

Maila da Silva Gomes Aguiar

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cursando o oitavo semestre. Pesquisadora com bolsa Fapesb de Iniciação Científica, com o projeto: “Mulheres na Baixa Idade Média: um estudo historiográfico”. Atua como Residente Pedagógica e é integrante do Laboratório de Estudos Marxista (LEMarx/UESB), do Laboratório de Ensino e Historiografia da Antiguidade e Medievo (LEHAM/UESB) e do *Translatio Studii: Dimensões do Medievo* (UFF).

E-mail: mailaaguiar2@gmail.com

Maria Cristina Dantas Pina

Historiadora, doutora em Educação (Unicamp), Professora Titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e do Mestrado

Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UESB). Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (LAPEH).

E-mail: maria.pina@uesb.edu.br

Sérgio Guerra Filho

Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Educação Básica por mais de uma década, é Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, na licenciatura em História e no Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora Africana e dos Povos Indígenas. É professor no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) na Universidade do Estado da Bahia, *campus* I. Coordena o Programa Residência Pedagógica em História.

E-mail: sergio.ufrb@gmail.com

Viviane Carla Bandeira Santos

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. (UEFS) Atualmente é professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia. Especialista em Formação Socioeconômica do Brasil e em História e Cultura Africana e Indígena. Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

E-mail: viviane.carlabandeira@gmail.com

Fontes: Crimson Pro
Papel: Papel LD Offset 90 g/m²
Impressão: Gráfica Impress
Data: Outubro de 2023

Com essa obra, propomos novas trilhas, trincheiras e caminhos pedagógicos para o estudo de um evento que abalou a Bahia e que representou um significativo momento na Independência do Brasil. Que essa iniciativa seja o começo de um novo campo de diálogo entre docentes e estudantes, na direção de um maior espaço para as temáticas da história local e regional em nossos currículos e, com isso, alcancemos uma História escolar cada vez mais significativa.

ISBN: 978-65-88622-11-7

